



Portugalglobal



COVID-19

O IMPACTO NA ECONOMIA E NAS EMPRESAS
A AICEP NO APOIO ÀS EMPRESAS

OPINIÃO // **NUNO FERNANDES**,
PROFESSOR DO IESE BUSINESS SCHOOL

ENTREVISTA // **CELESTE HAGATONG**,
CHAIRMAN DA COSEC



ZILS, ZONA INDUSTRIAL E LOGÍSTICA DE SINES

UMA LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA PARA O SETOR PETROQUÍMICO

2.375 HA

UMA ZONA INDUSTRIAL LICENCIADA PARA ACOLHER TODAS AS CLASSES DE INDÚSTRIA, LOGÍSTICA E SERVIÇOS

UMA LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA

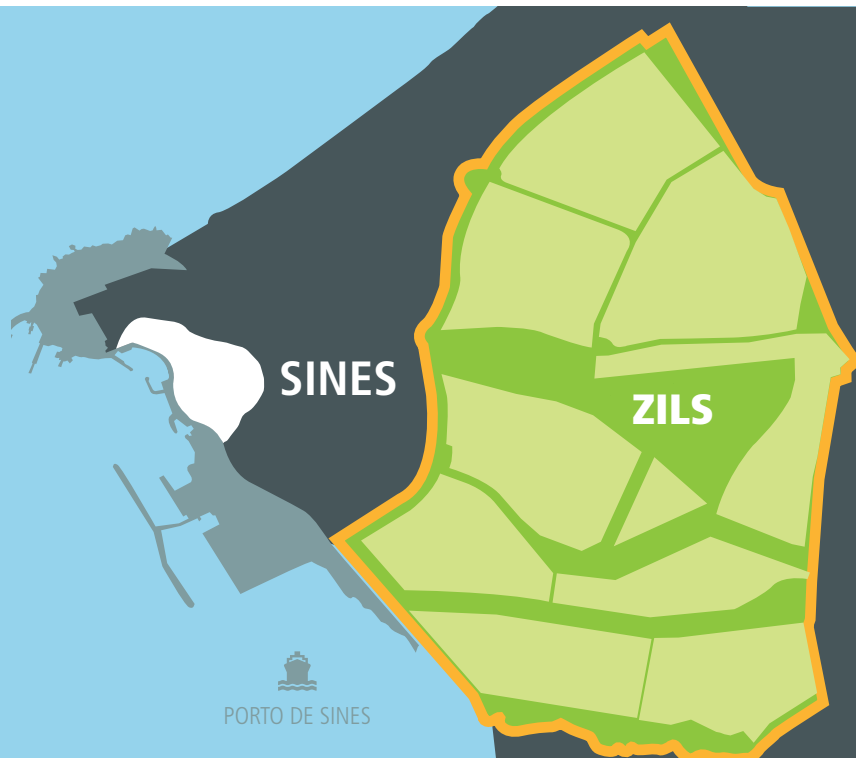
JUNTO A TERMINAIS DEDICADOS DO PORTO DE SINES - TERMINAL DE GRANÉIS LÍQUIDOS, TERMINAL PETROQUÍMICO E TERMINAL GNL

NETWORK DE PIPELINES

LIGANDO O PORTO DE SINES À ZILS E ÀS EMPRESAS DENTRO DA ZONA INDUSTRIAL

INSTALAÇÕES DE QUALIDADE

CENTRO DE NEGÓCIOS, ESCRITÓRIOS, SALAS DE REUNIÃO E AUDITÓRIO



ACESSIBILIDADES TRANSEUROPEIAS EXCELENTES

REDES DE TRANSPORTE NACIONAIS E INTERNACIONAIS - AUTOESTRADA A 40 KM; REDES RODOVIÁRIAS E FERROVIÁRIAS INTEGRADAS NA ZILS

RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS

UNIVERSIDADES E ESCOLAS TÉCNICAS, COM CURSOS E INVESTIGAÇÃO À MEDIDA DAS NECESSIDADES DO SETOR PETROQUÍMICO – QUÍMICA, MANUTENÇÃO E CONTROLE INDUSTRIAL, ELETROMECÂNICA, AUTOMAÇÃO E ROBÓTICA



aicep Global Parques
www.globalparques.pt

sumário



aicep Portugal Global

Portugalglobal nº130

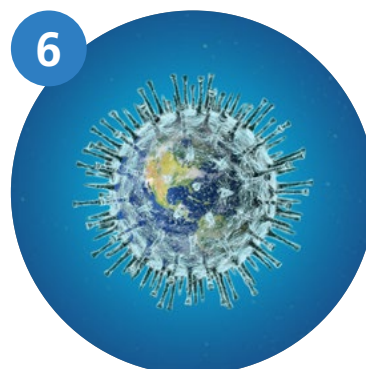
maio 2020

Destaque [6]

O impacto da COVID-19 na economia e nas empresas portuguesas.

As previsões de Nuno Fernandes, Professor Catedrático de Finanças no IESE Business School.

As análises dos responsáveis das Confederações CIP, CCP e CTP, e das Associações empresariais AHRESP, ATP, ANIVEC, ACAP, AFIA, AICCOPN e APCMC, da consultora Mercer e de Fernando Aparício da AMVOS Digital.



Entrevista [37]

Maria Celeste Hagatong, chairman da COSEC.



COVID-19

AICEP apoia as empresas [42]

A atividade da AICEP no apoio às empresas atingidas pela COVID-19.

O trabalho desenvolvido pelas três *task-forces* para apoiar as empresas: Saúde, Agroalimentar e Logística.

A captação de investimento estrangeiro na atual conjuntura.



Estatísticas [65]

Economia, investimento e comércio externo.

AICEP Rede Externa [68]

Tabela classificativa de países COSEC [70]



aicep Portugal Global

A economia portuguesa e o impacto da COVID-19



A edição deste mês da Revista Portugalglobal é exclusivamente dedicada ao impacto da pandemia COVID-19, com artigos, testemunhos, notícias e informação que acreditamos ser

muito útil, em especial para as empresas.

Começamos com um artigo de fundo sobre os efeitos para a economia portuguesa e o seu futuro próximo, por Nuno Fernandes, Professor de Economia na IESE Business School. Este artigo assenta num estudo, lançado em meados de março, que alcançou o “top 10” mundial em *downloads* na base de dados de todos os campos das ciências sociais e é o número um na maioria das categorias de economia/negócios/finanças.

Temos também depoimentos de várias Confederações patronais e Associações Empresariais que nos dão o seu testemunho sobre as consequências para os diferentes setores do tecido empresarial e o que estão a fazer para ultrapassá-las.

Na AICEP, não paramos e adaptámos o apoio às empresas com novos produtos e serviços e definimos objetivos prioritários concretos, em termos de impacto para as empresas e para o país.

Destaque, por isso, para os apoios que temos

vindo a desenvolver, nomeadamente para capacitação das empresas com foco no *e-commerce* e nos mercados internacionais. Foram, ainda, constituídas três *task-forces* – Saúde, Agroalimentar e Logística – para corresponder aos novos desafios encontrados nestas áreas e dar resposta às empresas.

Apesar da situação extraordinária que vivemos, gostaria de deixar uma nota de esperança. Desde o início de março, já em tempo de pandemia, a AICEP angariou três novos investimentos para o país que significam 250 novos postos de trabalho, na maioria qualificados. Boas notícias!

Também poderão ler sobre os mais de 50 milhões de pagamentos de incentivos feitos às empresas e Associações, estabelecidos para o Estado de Emergência. Injetar mais de 50 milhões de euros na economia é crítico e, estou certo, de que estamos a ajudar muitas empresas nesta fase.

Celeste Hagatong, *chairman* da COSEC, falamos, em entrevista, de um tema muito relevante para as empresas portuguesas neste momento: os seguros de crédito.

Espero que esta edição lhe seja útil. Boa leitura!

LUÍS CASTRO HENRIQUES

Presidente do Conselho de Administração da AICEP

Revista Portugalglobal
www.portugalglobal.pt
Mensal

Redação e Publicidade

Rua de Entrecampos, 28,
Bloco B, 12º andar
1700-158 Lisboa
Tel.: +351 217 909 500

Propriedade e Edição

AICEP - Agência para o
Investimento e Comércio
Externo de Portugal
Rua Júlio Dinis, 748, 9º Dto
4050-012 Porto
Tel.: +351 226 055 300
NIFiscal 506 320 120

ERC: Registo nº 125362

Conselho de Administração

Luís Castro Henriques (presidente),
António Silva,
João Dias,
Madalena Oliveira e Silva,
Maria Manuel Serrano (vogais).

Diretora

Ana de Carvalho
ana.carvalho@portugalglobal.pt

Redação

Cristina Cardoso
cristina.cardoso@portugalglobal.pt
Rafaela Pedroso
rafaela.pedroso@portugalglobal.pt

Fotografia e ilustração

©Pixabay, Rodrigo Marques.

Paginação e programação

Rodrigo Marques
rodrigo.marques@portugalglobal.pt
Joana Morgado
joana.morgado@portugalglobal.pt

Projeto gráfico

Rodrigo Marques - aicep Portugal Global

Publicidade

Cristina Valente Almeida
cristina.valente@portugalglobal.pt

Secretariado

Cristina Santos
cristina.santos@portugalglobal.pt

Colaboram neste número

Ana Jacinto, António Saraiva, César Araújo,
Diogo Alarcão, Direção Comercial da AICEP,
Direção de Angariação da AICEP,
Direção de Rede Externa e Institucionais,
Direção de Produto da AICEP,
Direção Internacional da Cossec,
Fernando Aparício, Francisco Calheiros,
Helder Pedro, João Vieira Lopes, José Couto,
José de Matos, Nuno Fernandes,
Maria Celeste Hagatong, Manuel Reis Campos,
Mário Jorge Machado.

Consulte o **Estatuto Editorial**

**Estamos abertos
aos que acreditam
e não se conformam**

Linha de Apoio à Economia Covid-19 6.200 milhões de euros

O NOVO BANCO associa-se ao Estado e ao Sistema Nacional de Garantia Mútua para disponibilizar quatro novas linhas de crédito às micro, pequenas e médias empresas portuguesas afetadas pela Covid-19, no valor de 6,2 mil milhões de euros, para financiamento adicional à economia.

- 600 milhões de euros para o setor da Restauração e similares
- 200 milhões de euros para o setor do Turismo
- 900 milhões de euros para Empreendimentos Turísticos
- 4.500 milhões de euros para apoio à actividade económica

Se é o caso da sua empresa, fale connosco e saiba como podemos ajudá-lo a minimizar os efeitos provocados pela pandemia Covid-19, no seu negócio. A economia somos todos nós.

Para mais informações contacte o NOVO BANCO através do seu gestor ou consulte o site: novobanco.pt/empresas



NOVO BANCO



COVID-19

O IMPACTO NA ECONOMIA E NAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Numa economia aberta como a portuguesa, os efeitos negativos da pandemia COVID-19, que obrigou ao confinamento da população em casa e ao encerramento da atividade económica quase na totalidade, fazem-se sentir nos principais setores da economia e na vida das empresas portuguesas e dos seus colaboradores,

que, numa crise sem precedentes, necessitam de medidas de apoio que permitam a sua recuperação e o regresso à atividade.

Num país em que o tecido empresarial é maioritariamente constituído por pequenas e médias empresas, e onde a atividade exportadora representa 44 por cento do PIB nacional,

a abertura do exterior aos bens e serviços portugueses será um dos fatores importantes para a retoma da atividade económica.

As empresas portuguesas estão, por outro lado, a saber adaptar-se à nova realidade e muitas converteram a sua atividade para a produção de Equipamentos de

SOLUÇÃO PARA A CRISE PASSA PELA UNIÃO EUROPEIA

Uma Europa solidária é o que pedem os empresários portugueses, cuja atividade foi fortemente atingida pelas consequências da COVID-19. Consideram que os apoios do Estado até agora anunciados e/ou já disponibilizados são insuficientes para fazer face aos problemas de tesouraria das empresas e que as medidas anunciadas irão agravar o endividamento das empresas num futuro próximo.

As projeções apontadas pelo FMI de uma queda de 8 por cento do PIB nacional em 2020, antecipando uma grave crise económica, não tranquilizam os empresários e há quem, como César Araújo, presidente da ANIVÉC, preconize a criação de um Plano Marshall para a Europa.

Os líderes europeus chegaram, entretanto, a acordo relativamente à criação de um fundo de recuperação econó-

mica, que deverá passar pelo recurso aos mercados e pela emissão de dívida, mas os detalhes só serão conhecidos na primeira semana de maio.

A reconversão da atividade de algumas empresas, que poderão encontrar na produção de EPI uma nova área de negócio, a substituição das importações pela produção nacional e a aposta crescente nos canais digitais para a realização de negócios, substituindo a deslocação aos mercados e a participação presencial em feiras e eventos, poderão ser algumas das medidas a adotar pelas empresas para mitigar os efeitos da crise e alcançar a desejada retoma da economia.

Nesse sentido, *“resistir para recuperar”* pode ser a palavra de ordem para as empresas portuguesas, como defende o presidente da Confederação Empresarial de Portugal, António

Proteção Individual (EPI) que escasseiam em Portugal e no mundo.

Mas as Confederações patronais e as associações empresariais reclamam mais apoios do Estado e apelam à solidariedade dos Estados-membros da União Europeia para enfrentar a crise, onde o espectro do desemprego preocupa governantes e empresários.

Os empresários portugueses afirmam-se, porém, disponíveis para apoiar a retoma económica, num esforço coletivo que envolve todos os setores da sociedade portuguesa.



Saraiva. E *"a colaboração e solidariedade da UE será, mais do que nunca, um fator decisivo para ultrapassar este presente tão crítico"*, nas palavras de Francisco Calheiros, presidente da Confederação do Turismo de Portugal, um dos setores fortemente atingidos pela atual conjuntura.

Por seu lado, o presidente da AICEP, Luís Castro Henriques, afirma que a retoma irá ser *"muito gradual"* devido à *"assimetria existente entre os países"*, incluindo a Europa, e à necessidade de *"ajustamento de cadeias logísticas"*. E lembra que há setores de atividade que, apesar da crise, ganharam novas dinâmicas como os centros de desenvolvimento de 'software', serviços ligados à 'cloud', serviços digitais, serviços digitais de apoio à indústria financeira. A exportação *online* poderá também ser uma forma de as empresas se manterem em atividade.

O *e-commerce* será, como defende Fernando Aparício, diretor da AMVOS Digital, um instrumento que, num futuro não muito distante, irá conhecer forte desenvolvimento, pela redução

"A reconversão da atividade de algumas empresas, que poderão encontrar na produção de EPI uma nova área de negócio, a substituição das importações pela produção nacional e a aposta crescente nos canais digitais para a realização de negócios, poderão ser algumas das medidas a adotar pelas empresas para mitigar os efeitos da crise e alcançar a desejada retoma da economia."

de custos que representa para as empresas, contribuindo simultaneamente para aliviar os problemas ambientais.

Noutras áreas de atividade, há que referir setores como a construção e

imobiliário e os materiais de construção que, por se manterem em atividade quase na totalidade dos ramos que representam, continuam a dar um forte contributo à economia nacional.

Por seu lado, a retoma (ainda gradual) da atividade das empresas do setor automóvel e componentes, muito atingido pelo encerramento das fábricas e das empresas comerciais, a par de medidas de apoio ao setor, deverá aliviar os efeitos sentidos pela COVID-19. As empresas apostam na dinamização da procura, para que o setor possa sair desta crise o mais rapidamente possível.

Como afirma ainda o presidente da AICEP, o objetivo que devemos almejar quando se levantarem as restrições à atividade económica será *"correr de volta a 1 de março de 2020"*, quando *"estávamos a angariar investimento e a aumentar as exportações"*. Com o esforço de todos os setores da sociedade portuguesas e o apoio concertado entre os Estados-membros da União Europeia. ●



O IMPACTO ECONÓMICO GLOBAL DA CRISE DO COVID-19

A crise do COVID-19 espalhou-se rapidamente por todo o mundo nos últimos dois meses. E com ela trouxe a maior revolução económica das nossas vidas.

Há mais de um mês, publiquei as primeiras previsões mundiais do impacto do coronavírus (em 12 países). Nessa altura, muitos pensaram que as previsões eram muito extremas.... De facto, se recuarmos a meados de março, as principais organizações internacionais como o FMI ou a OCDE, ainda achavam que o COVID-19 iria ter efeitos moderados, e que o mundo continuaria a crescer 2 - 2,5% este ano....

Estamos diante de um tipo totalmente novo de crise. E assim, as comparações com crises anteriores (por exemplo, de 2008) não são relevantes. Neste caso:

- Estamos a enfrentar uma destruição simultânea da procura e da oferta;
- É um choque global, quando o mundo está muito mais integrado;
- As taxas de juros estão em níveis históricos baixos e, assim, os bancos centrais têm menos ferramentas a seu dispor;
- Os governos estão mais endividados e, por isso, a sua capacidade para amortecer choques é menor.

Mais tarde, lancei a versão 2.0, com estimativas dos possíveis custos económicos do COVID-19 em 30 países diferentes. Neste artigo, apresento um resumo deste estudo aprofundado, sobre o impacto económico do Coronavírus nas economias mundiais.¹

O impacto económico é assimétrico

Com 30 países em análise, foram necessárias hipóteses para produzir estimativas. Uma destas hipóteses é a duração da crise. À data inicial do estudo (meados de março de 2020) a duração da crise, e como a reto-



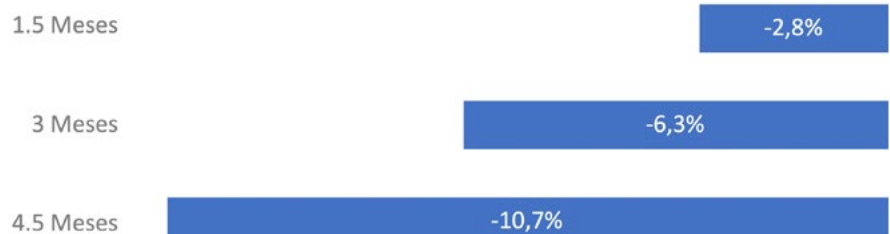
POR **NUNO FERNANDES***,
PROFESSOR CATEDRÁTICO DE
FINANÇAS NO IESE BUSINESS
SCHOOL

ma económica vai ocorrer, é incerto. Assim, o estudo tem três cenários: uma redução da atividade económica de 1,5 meses (de meados de março a final de abril), de três meses (com duração até meados de junho) e de quatro – cinco meses (até o final de julho). Outra incerteza é a velocidade

de retoma da atividade. Finalmente, algumas indústrias (como o turismo, por exemplo) são mais afetadas que outras. O que significa que a composição setorial dos países influencia o impacto da crise.

O gráfico seguinte mostra o impacto no crescimento médio do PIB nos 30 países da amostra nos três cenários.

No cenário mais ameno, o PIB cai em média 2,8 por cento. Parece óbvio, à data em que o leitor lê este artigo, que já passamos esse cenário.... No cenário 2 (redução significativa da atividade económica durante três meses) o PIB mundial cai mais de 6 por cento. E no cenário 3 (quatro – cinco meses) mais de 10 por cento, e em alguns países, mais de 15 por cento. Estamos na realidade face a uma crise sem paralelo. Claro que, com recessões significativas, existe um aumento significativo do desemprego.



Os resultados apontam para variações significativas entre países. A tabela seguinte apresenta o resultado para alguns dos 30 países analisados:

o dia D. O dia D vai existir. A crise vai terminar. E é importante que este tempo seja utilizado naquilo que conseguimos controlar. Deixo aqui algu-

Se esta crise durar até ao fim do verão, a economia mundial enfrenta a maior ameaça dos últimos dois séculos. Mas a profundidade e a duração da recessão dependem do sucesso das medidas adotadas para impedir a disseminação do COVID-19, dos efeitos das políticas para aliviar os problemas de liquidez nas empresas, e para apoiar as famílias com dificuldades financeiras. Também depende de como as empresas reagem e se preparam para o reinício das atividades económicas. Estamos numa crise onde a palavra velocidade é muitíssimo visível. Vão ser as empresas ágeis e com capacidade de mudança que irão capturar as oportunidades no novo mundo pós-COVID.

CRESCIMENTO DO PIB EM 2020 NO CENÁRIO 2 (3 MESES) E CENÁRIO 3 (4.5 MESES):

	Cenário 2	Cenário 3
Alemanha	-7,4%	-11,9%
Brasil	-5,3%	-8,8%
China	-1,9%	-5,8%
Espanha	-7,5%	-12,1%
Estados Unidos	-5,0%	-8,5%
França	-6,6%	-10,6%
Índia	-0,2%	-3,8%
Portugal	-8,8%	-14,0%
Suíça	-7,2%	-11,8%

Mesmo países como a Índia e China, que normalmente registam crescimentos superiores a 6-7 por cento, irão entrar em recessão em 2020.

As estimativas acima mostram que Portugal (com maior peso do setor turismo que Espanha, Itália ou França, por exemplo) esteja entre os mais afetados. Se as medidas contenção do vírus se prolongarem até meados de junho de 2020, Portugal registará uma contração do PIB de 8,8 por cento. Já se as medidas se prolongarem até ao final de julho, a recessão da economia será de menos 14 por cento. Em média, cada mês adicional de crise custa cerca de 2,5 por cento do nosso PIB. Dito de outra forma: cada dia adicional provoca uma destruição do PIB de 250 milhões de euros.

O que eu posso fazer?

Gostava de terminar com uma nota pessoal. O que pode o leitor fazer. De facto, grande parte da envolvente internacional, foge ao controlo do leitor. No entanto, existem muitas coisas que os gestores e empresários podem fazer no dia-a-dia, para preparar para

mas sugestões, que estão ao alcance de todos nós:

- Revisitar o modelo de negócio. O modelo de negócio vai ser diferente para muitas empresas. O que exige transformações internas dentro da empresa.
- Fazer novos contactos, ou retomar contactos antigos, nunca foi tao fácil como hoje. As nossas contrapartes internacionais estão como nós, fechados em casa.
- Repensar e reestruturar a nossa cadeia de valor. O *trade-off* entre eficiência e resiliência ficou bem patente nesta crise. E aqui também existem oportunidades para empresas portuguesas. Possivelmente, iremos continuar a ver na Europa uma tendência para a reindustrialização. Várias multinacionais estão a repensar as suas cadeias de valor, e pode ser a altura de reavivar contactos antigos, ou tentar reavivar antigos RFP/pedidos de proposta. Também a continuação das tensões EUA/China pode ser benéfico para Portugal, dado que podemos ser nós a substituir as importações que os EUA deixam de fazer da China.

Nota final

Caro leitor, vivemos tempos diferentes, em que resultados rápidos são relevantes, e podem ajudar-nos em várias frentes. Tenho neste momento em curso um inquérito a empresas globais sobre o impacto da atual crise. Se lhe for possível responder, ficaria muito agradecido. Todos os resultados serão partilhados, de forma anónima e agregada assim que disponíveis.

<http://surveys.iese.edu/RespWeb/Cuestionarios.aspx?EID=1174639>

ou

<http://tiny.cc/xpleoz>

Desde já muito obrigado! ●

* **NUNO FERNANDES** é Professor Catedrático de Finanças no IESE Business School, em Espanha, Presidente do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal e Membro do Comité de Auditoria do Banco Europeu de Investimentos (BEI).

1 Estudo e Link: [Economic Effects of Coronavirus Outbreak \(COVID-19\) on the World Economy](#)

CIP

Resistir para recuperar

O impacto económico da maior ameaça coletiva que o mundo enfrenta desde a Segunda Grande Guerra está bem patente nos números que começam agora a ser conhecidos. Cerca de 70 000 empresas encerradas (total ou parcialmente), mais de um milhão de trabalhadores impedidos de trabalhar, e 25 por cento das empresas com uma redução do respetivo volume de negócios em mais de 75 por cento.

Mais do que nos números relativos a estas primeiras semanas de crise, o impacto faz-se sentir nas expectativas para os próximos tempos.

Tendo em conta que a maior parte das PME não tem liquidez para aguentar mais de um mês sem entrada de receitas, a questão que se coloca é: quantas PME de inúmeros setores de atividade, encerradas total ou parcialmente, por imposição legal, pela ausência de trabalhadores ou simplesmente por falta de procura ou de abastecimento, irão resistir? E mesmo as grandes empresas, quanto tempo poderão resistir?

Ao contrário de outras crises, as causas subjacentes à situação que estamos a viver estão perfeitamente determina-



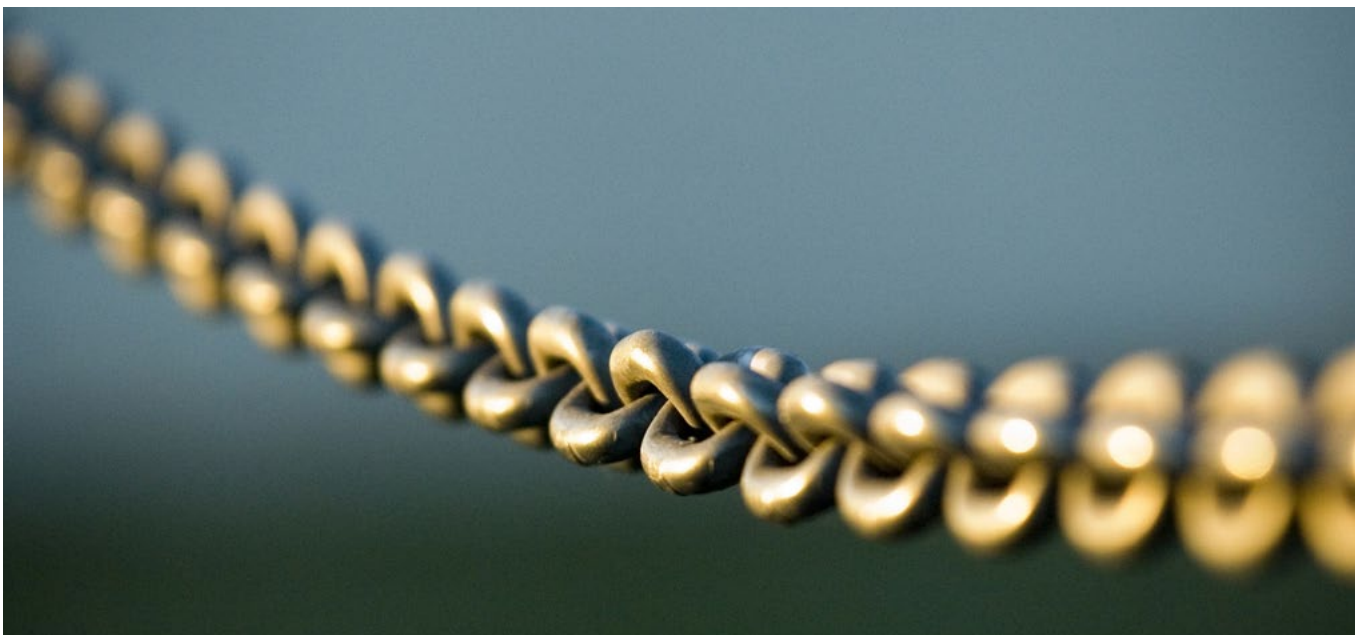
POR **ANTÓNIO SARAIVA**,
PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO
EMPRESARIAL DE PORTUGAL – CIP

das e sabemos que são temporárias. A incógnita principal é saber qual será o estado da economia portuguesa

quando as atuais restrições forem levantadas. Quantas empresas serão capazes de manter sua capacidade para impulsionar a recuperação quando ela começar a ser possível?

Esta incógnita depende do tempo, da dimensão e intensidade da própria pandemia. Mas o que vai sobrar da economia, do emprego, da capacidade produtiva que poderá ser reativada, dependerá também dos apoios que o Estado for capaz de mobilizar e fazer chegar ao terreno. Apoios à tesouraria das empresas, apoios em termos dos custos em que continuam a incorrer, nomeadamente salariais, mesmo com pouca ou nenhuma entrada de receitas.

As previsões começam já a surgir: como é sabido, o FMI arriscou a proje-



ção, para Portugal, de uma queda de 8 por cento do PIB em 2020, seguida de uma recuperação de 5 por cento em 2021.

“Com a exceção do *lay-off* simplificado, todas as medidas tomadas têm em comum o facto de implicarem ou o aumento do endividamento, ou encargos mais pesados num futuro relativamente próximo.”

Não leio estes números, nem outros, porventura ainda mais dramáticos, com uma visão fatalista ou determinística do que se vai passar, mas como uma base de análise para definir o que devemos fazer para mudar a realidade. Dizia um especialista em prospetiva que toda a forma de predição do futuro é uma impostura, porque o futuro não está escrito, é necessário construí-lo.

O governo está a tempo de reagir à altura das circunstâncias. Tem de colocar as previsões no seu devido lugar, desmentindo-as com políticas públicas fortes, imediatas e responsáveis.

É certo que o governo já foi dando passos no sentido de atenuar o impacto económico da pandemia. Foi aumentando a dimensão da sua resposta. Foi ajustando essa resposta, à medida em que ouvindo os agentes económicos e se foi apercebendo da dimensão dos problemas. Vai aprendendo, também, com os seus próprios erros.

Mas existe ainda um grande desfasamento entre os montantes mobilizados e as necessidades e, sobretudo, ainda persistem disfunções que prejudicam a eficácia e rapidez com

que as medidas estão a chegar ao terreno. As exigências em termos de acesso das empresas aos apoios têm vindo a diminuir, mas ainda não se compadecem com a urgência que a gravidade da situação requer. É tempo de abandonar exigências descabidas. Não podemos esperar que as empresas estejam já em rutura para que possam ser apoiadas.

Quanto aos montantes a mobilizar, comparam mal, em termos relativos, com o que outros países europeus se propõem fazer chegar às suas empresas. De acordo com dados que nos chegam da Business Europe, cerca de 5 por cento do PIB, em Portugal, contra mais de 10 por cento em Espanha, mais de 20 por cento na França e na Itália, mais de 50 por cento na Alemanha.

O problema, no entanto, não se prende apenas com a dimensão dos apoios, mas também com a sua tipologia. Enquanto medidas de emergência, todas elas são positivas.

Desde que cheguem ao terreno com rapidez, contribuem para aliviar temporariamente problemas de tesouraria das empresas.

No entanto, com a exceção do *lay-off* simplificado, todas as medidas tomadas têm em comum o facto de implicarem ou o aumento do endividamento, ou encargos mais pesados num futuro relativamente próximo.

Com estas medidas, as empresas ficarão, incontornavelmente, mais endividadas. Ora as empresas não precisam de mais endividamento, mas antes de tesouraria que lhes permita fazer face aos compromissos no curto prazo, recuperar no médio prazo e manter os empregos em termos duradouros. Há, por isso, que inovar na injeção direta de fundos nas empresas, para que possam subsistir e manter empregos.

Estas são algumas reflexões que estão na base do Plano Extraordinário de Suporte à Economia Portuguesa que a



CIP teve oportunidade de apresentar ao governo. Um plano que pretende:

- Salvar o país não para e que, na medida do possível, se mantém a atividade económica nos termos que garantam a saúde pública e a segurança dos trabalhadores;
- Garantir a manutenção dos postos de trabalho;
- Criar os mecanismos para que as empresas possam retomar a atividade logo que possível e de forma sustentável.

O Plano articula-se em sete grandes medidas:

- Conversão das garantias de Estado em incentivos a fundo perdido;
- Negociação com o FEI e BEI de Garantias de Carteira para o País e o seu sistema financeiro;
- Atribuição de Benefícios Fiscais que possam ser antecipados através do sistema financeiro;
- Criação de Garantias de Seguro de Crédito à Exportação e melhoria das condições de importação
- Estado paga aos fornecedores a prazo;
- Agilização dos pagamentos entre empresas;
- Revisão do regime de insolvências.

Reconheço que tal estratégia é exigente do ponto de vista orçamental. Mas não tenho qualquer dúvida que é mais saudável fazer, agora, um esforço para sustentar a atividade económica, do que colocar as finanças públicas, a prazo, a pagar mais subsídios de desemprego e com uma base tributária mais débil. Esse caminho, sim, poria em causa, a prazo, a sustentabilidade das finanças públicas e a credibilidade nos mercados.

A atual situação é de exceção e exige medidas excecionais, para evitar males maiores e mais duradouros. ●

<https://cip.org.pt>



CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTUGAL disponível para apoiar retoma económica

O forte impacto da pandemia COVID-19 na economia representa, para a CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, "um desafio histórico, só ultrapassável com o esforço de todos os atores da sociedade portuguesa", e defende que a retoma económica passará pelo apoio incondicional à economia e às empresas.

O testemunho de João Vieira Lopes, presidente da CCP.



JOÃO VIEIRA LOPES,
PRESIDENTE DA CCP

"O cenário em que nos encontramos é totalmente inesperado face ao contexto e aos dados socioeconómicos com que 2019 terminou. Não que a CCP considerasse que a economia portuguesa estava então já livre de todos os problemas herdados da crise económica e financeira que grassou desde 2008. Bem pelo contrário, não nos inibimos de continuar a defender a necessidade da alteração do paradigma em vigor e a urgência de optarmos corajosamente por um novo modelo económico assente no valor

acrescentado nacional onde os serviços têm um papel decisivo.

Deveríamos ainda ter feito mais e melhor em termos de volume de investimento, em particular ao nível público, mas também noutras dimensões. Esse debate está, neste momento congelado, mas terá que ser reaberto e inserir-se na elaboração de uma estratégia para a recuperação da atividade económica.

Mas qual o impacto da pandemia COVID-19 já existente no nosso tecido empresarial?

Parece-nos inegável que o efeito da COVID-19 vai perdurar no tempo, com reflexos nos nossos comportamentos, quer a nível social – na forma como nos relacionamos com os outros –, quer a nível económico, incluindo o mercado de trabalho e o consumo. E se tudo isto encerra oportunidades – porque a mudança é sempre um desafio – enfrentamos para já um quadro em que a crise sanitária está a condicionar brutalmente o desempenho da atividade económica. Não tenhamos ilusões: a prazo, os seus efeitos serão negativos para muitas empresas, com encerramentos inevitáveis e o engrossar das fileiras do desemprego.

Perante a incerteza quanto ao tempo de duração da crise sanitária, não é possível avançarmos com exercícios creíveis de quantificação dos impactos da COVID-19 na evolução da nossa atividade económica. As previsões macroeconómicas, nacionais e internacionais, apontam claramente para podermos ter em 2020 uma queda do produto interno bruto que se pode aproximar dos dois dígitos e uma taxa de desemprego a caminhar para o dobro do ano anterior. Essas tendências, apesar de atenuadas, estarão presentes pelo menos em 2021.

Parece-nos já claro que a crise evoluirá rapidamente para uma crise da procura em que nem o turismo nem o consumo privado em geral recuperarão



ao longo de 2020. Não acreditamos numa crise temporária nem num rápido regresso à “normalidade”.

Temos, portanto, um desafio histórico à nossa frente, só ultrapassável

“Parece-nos inegável que o efeito da COVID-19 vai perdurar no tempo, com reflexos nos nossos comportamentos, quer a nível social – na forma como nos relacionamos com os outros –, quer a nível económico, incluindo o mercado de trabalho e o consumo.”

com o esforço de todos os atores da sociedade portuguesa – e a CCP está pronta a cumprir a sua parte. Temos vindo a apresentar preocupações

concretas, a propor medidas urgentes, a expressar uma ideia clara de quais deverão ser as orientações de política económica que nos farão sair destes momentos difíceis.

Previsões e soluções que a CCP propõe para mitigar esse impacto

Não é difícil prever algumas consequências cujo nível de intensidade deverá variar de acordo com o período em que uma parte significativa da economia estiver inativa:

- Mais de um milhão de trabalhadores em *lay-off* ou com apoios sociais, aumento do desemprego e a baixa poupança preexistente vão ter como consequência uma quebra de rendimentos e de poder de compra durante um período prolongado;
- De uma forma diferenciada nos vários setores, uma parte do negócio, maior ou menor, não é recuperável. O Turismo, em particular, terá uma retoma lenta e difícil, fortemente condicionada pelo ambiente inter-

nacional. Os setores exportadores estão dependentes da situação económica nos países de destino;

- Os adiamentos e moratórias – fiscais, bancárias, de rendas, etc. – protelam as prestações a pagar, mas não as fazem desaparecer. Isso é válido tanto para as empresas como para as famílias;
- Todos os apoios e linhas de financiamento, úteis e mesmo imprescindíveis no curto prazo, vão aumentar o endividamento das empresas, ainda por cima com baixos capitais próprios como é característico do tecido empresarial em Portugal.

Numa primeira fase, para ultrapassar esta situação – e como sucedeu, apesar de alguns atrasos inexplicáveis – os instrumentos do governo português devem ter como orientações: evitar custos

dívidas futuras, um cenário que um grande número de empresas – sobretudo pequenas e médias – não está em condições de suportar dado que as perdas atuais não são recuperáveis.

“Qualquer estratégia de retoma económica tem de implicar, necessariamente, colocar dinheiro a fundo perdido no sistema económico e empresarial.”

Assim, qualquer estratégia de retoma económica tem de implicar, necessariamente, colocar dinheiro a fundo perdido no sistema económico e empresarial. Não o fazer em

Estratégia europeia

Não temos dúvidas de que a importância da estratégia europeia e das disponibilidades a libertar serão decisivas. No imediato existe a possibilidade de reorientar uma parte importante dos apoios disponíveis do PT2020.

A interdependência das economias, em particular na Zona Euro, não permite que Portugal, com a dimensão e endividamento que tem, consiga sair desta crise apenas com os seus meios próprios. O país está por isso dependente do que for acordado em termos europeus a dois níveis de intervenção para:

- Evitar que os juros da dívida de países mais vulneráveis possam disparar, como sucedeu na anterior crise das dívidas soberanas;
- Assegurar capacidade financeira aos diferentes países para poderem de-



para as empresas e garantir a necessária liquidez para efetuarem pagamentos inadiáveis; tentar limitar os despedimentos com os mecanismos de *lay-off*.

Numa segunda fase a partir, de maio/junho, os instrumentos do governo devem assegurar que os apoios atuais não se concentrem simplesmente em

relação às empresas cuja atividade foi suspensa ou que tiveram perdas significativas aumentará o número das que encerrarão no curto/médio prazo. Quanto será necessário, com que critérios e em que setores são pontos em aberto em cuja definição a CCP está empenhada em colaborar ativamente.

envolver as políticas públicas necessárias ao combate à crise.

Apesar de um ou outro sinal positivo, estamos muito longe de o conseguir, sendo esta uma das nossas grandes preocupações.” ●

O IMPACTO DA COVID-19 NO TURISMO PORTUGUÊS

Setor de grande importância para a economia do país e com um forte crescimento registado nos últimos anos, o Turismo será um dos setores mais afetados pela atual crise, esperando-se uma contração significativa na sua atividade.

Francisco Calheiros, da Confederação do Turismo de Portugal, e Ana Jacinto, da AHRESP, dão conta dos problemas que atingiram o setor e das necessárias medidas que permitam retomar a atividade das empresas.



CTP

Solidariedade da Europa será decisiva para ultrapassar a crise

Já não existem dúvidas de que a pandemia da COVID-19 trouxe alterações significativas e abruptas à atividade das nossas empresas e, consequentemente, à economia nacional. Este impacto é particularmente relevante nas empresas do turismo, que sofreram uma quebra repentina de receitas, o que lhes trouxe inúmeras dificuldades para pagar salários, fornecedores, impostos ou créditos. Ainda não é possível quantificar com rigor quantas destas empresas estarão irremediavelmente perdidas, mas sabemos de muitas em grandes dificuldades.



POR **FRANCISCO CALHEIROS**,
PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO
DO TURISMO DE PORTUGAL - CTP

Toda a cadeia de valor do turismo – atividade que vive da deslocação de pessoas, que se viram obrigadas ao confinamento obrigatório – sofreu e sofrerá durante algum tempo as consequências desta pandemia. Tal como a economia nacional, cuja recuperação no período pós-troika assentou muito na atividade turística: é preciso não esquecer que o turismo representa, segundo a Conta Satélite do Turismo em 2018, 14,6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que o peso do emprego nas actividades características do turismo no total do emprego nacional é de 9 por cento.

Neste quadro de incerteza, as medidas lançadas pelo governo têm, de uma forma geral, apoiado as empresas nas suas necessidades mais urgentes, como o pagamento de salários e a salvaguarda de postos de trabalho, essenciais para garantir a retoma. Contudo, é necessário ir mais longe no plano europeu. A melhor forma de enfrentar esta crise sanitária sem precedentes na história recente é unir esforços na União Europeia para operacionalizar adequados instrumentos de apoio financeiro à sobrevivência das empresas e dos postos de trabalho.

Os países, sobretudo os mais atingidos por esta pandemia, necessitam de auxílios financeiros diretos para as empresas e não de mais mecanismos de endividamento. A nossa recomendação vai no sentido da realocação de verbas do orçamento da UE para apoio aos Estados-membros, para a dinamização da atividade económica e apoios às micro, pequenas e médias empresas. A colaboração e solidariedade da UE é, mais do que nunca, um fator decisivo para ultrapassar este presente tão crítico. Do futuro, tratarão os nossos empresários com a criatividade e empenho que todos lhe reconhecemos. ●

<https://ctp.org.pt>

AHRESP

Restauração e alojamento turístico: guia para não cometer um erro crasso

É inquestionável que os tempos que vivemos são difíceis para todos os setores. Empresas e empregos estão em risco em todo o mundo devido à pandemia COVID-19. Em Portugal, e pela natureza desta crise, os setores da Restauração e Bebidas e do Alojamento Turístico são dos mais afetados, senão mesmo os mais afetados.



POR **ANA JACINTO**,
SECRETÁRIA GERAL DA AHRESP
- ASSOCIAÇÃO DA HOTELARIA,
RESTAURAÇÃO E SIMILARES

Os restaurantes vazios, as esplanadas desertas, os alojamentos sem uma única reserva: este é hoje o retrato fiel, que contraria as imagens que ainda persistem na nossa memória coletiva recente.

No caso da Restauração, a incerteza quanto à forma como este vírus se propagava levou a que muitos estabelecimentos encerrassem por receio de serem eles próprios veículos privilegiados da sua propagação nos seus espaços. Primeiro por iniciativa própria, e responsável, depois por obrigação, em consequência da declaração do



Estado de Emergência, muitas empresas fecharam, enquanto outras optaram, porque a lei assim o permitiu, por novas formas de negócio, como a venda para fora ou a entrega ao domicílio, como último recurso.

Esta é, porém, uma solução que apenas se aplica a um reduzido número de empresas, porque para a esmagadora maioria esta não é uma hipótese viável, quer porque não é rentável, quer porque nos seus espaços não é possível garantir o cumprimento de todas as regras, nomeadamente ao nível do distanciamento.

Encerrados ou “semiabertos”, e com pouca ou nenhuma receita, muitas das empresas que estão hoje fechadas olham com muita incerteza para quando, e se, voltarão a abrir.

do mundo, num ápice se transformou num momento de grande insegurança.

Vínhamos da tradicional época baixa, mas com elevados custos fixos, e

“Encerrados ou 'semiabertos', e com pouca ou nenhuma receita, muitas das empresas que estão hoje fechadas olham com muita incerteza para quando, e se, voltarão a abrir.”

com investimentos feitos na contratação de trabalhadores, equipamentos, requalificações e campanhas de

AHRESP entre os dias 1 e 3 de abril e ao qual responderam cerca de 2.000 empresas (67 por cento hotéis e alojamento local), revelaram que 75 por cento das empresas tiveram de encerrar, 50 por cento referem avançar para *lay-off*, 30 por cento não conseguiu pagar salários em março e mais de 80 por cento dos hotéis e restaurantes preveem zero de faturação para abril e maio, mas a cada dia que passa, o cenário piora.

O governo português tem anunciado sucessivas medidas de apoio e a AHRESP não pode deixar de reconhecer o esforço feito. Mas muitas destas medidas são, ainda, desajustadas para apoiar de forma segura os setores que representamos porque se baseiam essencialmente em moratórias, alívios temporários e, principalmente, endividamento das empresas. Estas dívidas vão acumular-se às despesas fixas e um dia vão ter de ser pagas, estrangulando qualquer eventual recuperação. Pedir às empresas que se endividem num momento destes, quando não sabem qual é o seu futuro, é o mesmo que estar a oferecer um presente envenenado, se entretanto tudo não voltar à “normalidade”, normalidade essa que nunca será imediata e levará meses, senão anos, até alcançarmos o ponto onde estávamos.

A única via que pode constituir uma verdadeira resposta é a entrada, “para ontem”, de dinheiro nas empresas, a fundo perdido, medida que deve ser acompanhada da isenção de impostos, taxas e pagamento de rendas.

Esta é a única saída para que as empresas que tanto fizeram pela economia do país, e pela sua afirmação a nível mundial como destino turístico de excelência, sobrevivam. No campo do Turismo, não há quem mais tenha contribuído para isso como as empresas do nosso setor. Desperdiçar esta riqueza seria um erro crasso. ●



E esta incerteza estende-se obviamente às empresas do Alojamento Turístico, como os hotéis e os alojamentos locais. O momento de otimismo vivido com a afirmação de Portugal como um dos principais destinos turísticos

marketing, tudo com o objetivo de responder à época alta. Mas a procura desapareceu.

O inquérito às empresas de restauração e de alojamento realizado pela

<https://ahresp.com>



O IMPACTO DA COVID-19 NO SETOR TÊXTIL E VESTUÁRIO PORTUGUÊS

Setor exportador por excelência, a indústria têxtil e de vestuário portuguesa sofreu um rude abalo em consequência da pandemia que assola o mundo, e, em particular, os mercados europeus onde se encontram os grandes clientes dos fabricantes portugueses.

Estima-se que cerca de 50 por cento das empresas do setor tenham recorrido ao *lay-off*, com todos os custos que essa situação comporta, mas houve muitas empresas que não baixaram os braços e que souberam reconverter-se estando já a produzir equipamentos de proteção individual (EPI) para suprir as necessidades do país, mas também a exportar para países europeus onde há falta desses equipamentos para o combate ao coronavírus.

Os testemunhos dos responsáveis das associações empresariais ANIVÉC e ATP, que aqui apresentamos, dão conta dos problemas que o setor atravessa e apontam soluções para o futuro.

ANIVEC

“Somos generais a combater um inimigo que não conhecemos e a nossa gestão é feita de emoções”

César Araújo, presidente da ANIVEC - Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção, é um dos empresários do setor que não fechou portas e que reconverteu a atividade da sua empresa de confeção, a Calvelex, à produção de EPI, estando a laborar a 100 por cento e a exportar para alguns mercados externos.



CÉSAR ARAÚJO, PRESIDENTE DA ANIVEC

Considera que estamos a viver “o colapso da economia de mercado, que se irá transformar numa crise financeira brutal”, e que tendo igualmente atingido o setor do têxtil e vestuário, este “está a tentar reinventar-se”.

“No setor, vamos tentar manter as empresas em ponto morto, para que se mantenham em funcionamento e, no futuro, possam voltar à sua atividade”, refere o responsável, sublinhando, porém, a necessidade de haver procura por parte dos mercados europeus, principais clientes das empresas portuguesas do setor.

César Araújo estima que cerca de 50 por cento das empresas do setor tenham recorrido ao *lay-off*, que considera ser, nesta fase, “uma ferramenta que

passou a ser um bom ato de gestão”, mas defende a importância de, ao mesmo tempo, “haver ações de formação profissional para que os trabalhadores possam trabalhar e servir os clientes”.

Constatando que o mercado mundial mudou devido à COVID’19, César Araújo defende que os empresários do setor são “generais que estão na linha de combate a lutar contra um inimigo que não conhecemos e a nossa gestão hoje em dia é feita de emoções e feelings”.

Por outro lado, considera que esta crise “também vai ensinar-nos a produzir, no

futuro, de forma mais sofisticada e com outros padrões de exigência, nomeadamente nesta área da saúde – desde a matéria-prima à forma de produção”.

Sobre as medidas tomadas para apoiar as empresas, César Araújo afirma que “o que está a ser feito, é bem feito, mas não é suficiente. Sei que os recursos são finitos, mas salientamos o esforço dos empresários nesta luta, que é uma luta de todos os setores da sociedade. E os empresários vão fazer o seu papel para ultrapassar esta crise”.

O presidente da ANIVEC refere ainda que o *layoff* é “uma boa medida”, mas



chama a atenção para a impossibilidade de as empresas cumprirem o pagamento ao trabalhador dos 30 por cento que lhes cabe se não faturarem. E aponta: *"Há que rever esta situação com carácter de urgência e reduzir a contribuição da empresa para 10 por cento, para que as empresas possam renascer. Há que criar mecanismos nesse sentido e evitar o desemprego, que será mais penoso para o país e a economia"*.

Para o responsável, caberá à Europa, através de mecanismos de solidariedade, delinear uma estratégia para a retoma da economia dos países da União Europeia, apoiando as empresas e os setores da sociedade que geram a riqueza destes países.

Defende que a Europa tem de ter *"uma política comercial e industrial e deve regular a globalização de uma forma equilibrada e não de forma selvagem como tem feito até agora, deixando de estar refém da produção da Ásia e da China"*.

Esperando que a Europa *"aprenda com esta crise"*, César Araujo defende a criação de um Plano Marshall focado na Europa, *"para minimizar a queda da economia europeia e permitir que as empresas se relancem"*.

E deixa um conselho: *"A próxima presidência de Portugal da União Europeia é uma boa oportunidade para Portugal mostrar liderança e afirmar que está focado no desenvolvimento europeu, na passagem desta crise e na criação de um Plano Marshall para a Europa"*.

"Acredito no projeto europeu e na solidariedade da Europa para manter vivo esse projeto. A Europa tem de ser menos burocrática e olhar mais para a população e para o 'terreno', para não pôr em causa o projeto europeu", conclui o presidente da ANIVEC. ●

www.anivec.com



ATP

Medidas de apoio às empresas são insuficientes

O impacto da COVID-19 no setor têxtil e vestuário português tem vindo a refletir-se a vários níveis, sendo o mais generalizado e preocupante a quebra na procura, com a anulação, redução ou adiamento de encomendas, adiamento de entrega e pagamento de encomendas já realizadas, adiamento do pagamento de encomendas já entregues, tudo isto com nefastas consequências em termos de tesouraria das empresas.



POR **MÁRIO JORGE MACHADO**, PRESIDENTE DA ATP - ASSOCIAÇÃO TÊXTIL E VESTUÁRIO DE PORTUGAL

Como sabemos, neste momento, quer o mercado nacional quer os mercados europeus, para onde o setor têxtil e vestuário exporta a maioria dos seus produtos, estão em *lockdown*. Medi-

específica, obrigando-nos a um novo *lockdown*, seguramente diferente deste pois estaremos mais bem preparados.

Nestas circunstâncias é difícil planear

presas adotarem medidas que tragam mais endividamento.

É neste sentido que muitos empresários do setor têm feito chegar à ATP as suas preocupações, reiterando que as medidas em vigor não são suficientes e não vão dar a resposta necessária, pondo em risco a sobrevivência das empresas e do emprego. Por exemplo, as empresas que estão em *lay-off* total durante dois ou três meses não têm capacidade para pagar os 30 por cento do custo salarial que lhe é imputado.

Existe uma clara noção de que o financiamento não está a chegar às empresas, conforme era expectável: a par da burocracia, o custo (taxas e comissões das linhas de crédito) é outro dos fatores mais criticados, existindo ainda algumas práticas que têm penalizado o financiamento às empresas, as quais defendem que deveria haver uma componente do financiamento a fundo perdido. Novas medidas de apoio na área fiscal deverão igualmente ser equacionadas.

Desde o início, esta situação obrigou o governo a fazer um equilíbrio entre a saúde pública e a saúde da economia. No que respeita às empresas é também fundamental o equilíbrio entre o ajudar agora, de facto, e o ter de suportar elevadas taxas de desemprego que poderão perdurar muito mais para além da crise sanitária.

Mas do ponto de vista da retoma e da recuperação económica, Portugal não poderá trabalhar sozinho, estamos integrados e profundamente dependentes da economia europeia. As medidas que forem tomadas noutros mercados terão também influencia na nossa economia e sobretudo no neste setor, que exporta 82 por cento do total para o mercado comunitário. Nesta fase é primordial equacionar a retoma da atividade com as necessárias medidas de segurança. ●

<https://atp.pt>



das que estão em vigor desde o início de março, no caso europeu, e ainda não sabemos por mais quanto tempo.

Esta é outra dimensão do impacto: a incerteza quanto ao quando e em que circunstâncias iremos retomar a atividade, em Portugal e nos mercados mais relevantes para o setor. Nada será parecido com o antes do COVID-19. Conseguirão as famílias manter o mesmo nível de rendimento? Terão as mesmas prioridades de consumo? Muito provavelmente não! As projeções económicas, quer para Portugal quer para os restantes países do mundo apontam para uma quebra do PIB que vai estar acompanhada do aumento generalizado do desemprego, sobretudo em 2020, mas com certeza com reflexos ainda em 2021. Isto sem pensar num segundo surto que poderá vir antes da respetiva vacina ou de medicação mais

a atividade neste setor que é sazonal e que tem uma cadência muito própria em termos de lançamento de pro-

“Esta é outra dimensão do impacto: a incerteza quanto ao quando e em que circunstâncias iremos retomar a atividade, em Portugal e nos mercados mais relevantes para o setor. Nada será parecido com o antes do COVID-19.”

duto e coleções. É ainda mais difícil neste contexto de incerteza económica, com um “navegar à vista”, as em-

6.200 MILHÕES DE EUROS AS EMPRESAS PODEM CONTINUAR A CONTAR CONNOSCO

Para apoiar as Empresas, o Millennium bcp disponibiliza um conjunto de linhas de financiamento num total de 6.200 milhões de euros, garantidas pelo Estado:

- 4.500 milhões de euros para Apoio à Atividade Económica
- 900 milhões de euros para o Turismo
- 600 milhões de euros para a Restauração e similares
- 200 milhões de euros para as Atividades Turísticas

Porque o País não pode parar. Conte connosco. Saiba mais no site millenniumbcp.pt e contacte já o seu Gestor ou Sucursal Millennium.

Sujeito a análise de risco de crédito por parte do Millennium bcp.



www.millenniumbcp.pt

Millennium
bcp Empresas

AQUI CONSIGO



ACAP NECESSÁRIAS MEDIDAS URGENTES PARA SALVAR AS EMPRESAS

A grave crise da COVID-19 é, desde logo, diferente de todas as outras, porque afeta de igual modo os países ricos e os países pobres. Naturalmente que aqueles terão ao seu dispor meios e recursos que lhes permitem, mais facilmente, combater este flagelo. A imprevisibilidade da sua duração, torna muito difícil a tomada de medidas concretas por parte dos governos e de instituições como a União Europeia.

O IMPACTO DA COVID-19 NO SETOR AUTOMÓVEL

O setor automóvel em Portugal é um dos mais relevantes para a economia nacional, com fortes contributos para o PIB, para o emprego e para as exportações de bens transacionáveis.

O setor foi severamente atingido pela atual conjuntura e duas associações empresariais – ACAP e AFIA – defendem a tomada de medidas concretas pelo governo para mitigar o impacto da COVID'19 e assim salvar as empresas (grandes, PME e microempresas).



POR **HÉLDER PEDRO**,
SECRETÁRIO-GERAL DA ACAP

O setor automóvel, sendo um dos principais sectores económicos em Portugal e na União Europeia, foi desde logo um dos mais afetados com o imediato encerramento de fábricas e empresas comerciais.

Em Portugal, este setor é responsável por 25 por cento do total das exportações de bens transacionáveis, representa 19 por cento do PIB e emprega 200.000 pessoas.

Por outro lado, é um setor composto por algumas grandes empresas, mas, sobretudo, por PME, microempresas e, mesmo, empresários em nome individual.

É um tecido empresarial, que se distribui por todo o território e, em muitas regiões do país, é mesmo o principal setor empregador a nível local.

Torna-se, pois, necessário tomar medidas urgentes no imediato para se poder salvar as empresas e, logo de seguida, preparar condições para a desejada retoma da atividade económica. Só assim, conseguiremos travar uma enorme destruição de capital e um aumento significativo do desemprego, com as consequências sociais negativas que essa situação acarreta.

A ACAP apresentou logo ao governo, em meados de março, um conjunto

de propostas que se consubstanciam no que podemos designar como Plano de Apoio ao Setor Automóvel (ou PASA), tal como aconteceu em 2009.

“A ACAP apresentou logo ao governo, em meados de março, um conjunto de propostas que se consubstanciam no que podemos designar como Plano de Apoio ao Setor Automóvel (ou PASA), tal como aconteceu em 2009.”

Fundamentalmente, propusemos medidas de apoio ao emprego, como vieram a ficar definidas no designado *lay-off* simplificado e que se encontra em vigor, assim como uma linha de crédito específica para o nosso setor. O governo veio agora reforçar a linha já existente e alargou, significativamente, os CAE a que se aplica. Todavia, e para as empresas do setor comercial, será necessário que existam apoios a fundo perdido, pois só assim estas poderão sobreviver.

Mas, a ACAP apresentou também propostas de dinamização da procura,

para que o setor possa sair, desta crise, o mais rapidamente possível.

E aqui retomámos o nosso plano de incentivos ao abate de veículos em fim de vida, que também tinha sido implementado em 2009. Este plano, terá a dupla vantagem de alavancar a procura e renovar o parque automóvel que, como é sabido, se encontra envelhecido. Propomos, ainda, o reforço da linha de apoio à compra de veículos elétricos, face à que existe atualmente.

Por último, e dado que se verificou uma paragem abrupta da atividade, propusemos a suspensão do pagamento de IUC (Imposto Único de Circulação), para os veículos em *stock*, permitindo assim aliviar a tesouraria das empresas.

Estamos certos de que o governo irá dar a maior atenção às propostas da ACAP, pois só assim se conseguirá que o setor automóvel continue a ser um setor fundamental na nossa economia, sendo o maior gerador de receitas fiscais, um dos maiores exportadores e um dos principais responsáveis pela criação de emprego no nosso país. ●

www.acap.pt



AFIA

Volume de negócios das empresas com quebra de 30 por cento em 2020

Com o abrandamento da economia e a redução da procura por força da emergência de saúde com que nos deparamos, com os consumidores em pânico e sem confiança relativamente ao amanhã, as vendas de automóveis estão em queda acentuada. Por ser inevitável tomar medidas sanitárias e por inexistência de vendas de veículos automóveis, verificaram-se grandes cortes na produção de veículos automóveis. Na União Europeia as fábricas de automóveis estão paradas, logo obrigam os fornecedores a parar e a considerar mudanças drásticas no futuro próximo. Esta situação ao afetar toda a cadeia de produção, redução drástica de encomendas, vai culminar no encerramento total ou parcial das empresas portuguesas de componentes para a indústria automóvel.



POR **JOSÉ COUTO**, PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA AFIA- ASSOCIAÇÃO DE FABRICANTES PARA A INDÚSTRIA AUTOMÓVEL

Como consequência, perspetiva-se, a curto prazo, um severo impacto na atividade económica de um dos setores que mais contribui para a econo-

mia nacional: 6 por cento do PIB, 8 por cento do emprego da indústria transformadora e 16 por cento das exportações nacionais de bens transacionáveis.

As primeiras projeções da AFIA indicam uma quebra abrupta, de 50 por cento, na atividade no mês de março, mas em abril a diminuição chegará aos 90 por cento. Só a partir de novembro a indústria portuguesa de componentes para o automóvel começará a recuperar, sem, contudo, chegar aos números de 2019. Para a totalidade do ano de 2020 é projetada uma descida de 30 por cento no volume de negócios, o que se traduz, numa diminuição de 3,6 mil milhões de euros, face aos valores registados no ano passado. Assim, para o ano de 2020 o volume de negócios ficará nos 8,4 mil milhões de euros.

Medidas para mitigar o impacto da COVID-19

A AFIA quer dialogar com o governo e encontrar um modelo, um conjunto de medidas, que estejam para lá do apoio imediato, que constituam uma solução para os novos desafios,

“Consideramos fundamental o apoio através do reforço dos Capitais Permanentes das Empresas: quer através do reforço de novos financiamentos a longo prazo e transformação de financiamentos de curto prazo em médio/ longo prazo, com períodos alargados de carência; quer por via de soluções que não passem pelo aumento do passivo das empresas, mas que possam ser configuradas como reforço de Capitais Próprios.”

para que as empresas se mantenham competitivas, o que só será possível se sairmos capazes de continuar a realizar investimentos que permitirão acompanhar a evolução dos produtos e dos mercados e responder

aos desafios dos clientes. É necessário que as empresas não saiam fragilizadas, que mantenham as competências diferenciadoras que foram construindo, que não percam o ritmo de modernização tecnológica e se mantenham dentro dos modelos de desenvolvimento integrados da indústria automóvel.

crédito que estão direta ou indiretamente suportadas pelo PT2020. A implementação de medidas que apoiem a manutenção dos quadros qualificados que garantem as competências internas e a sua evolução de forma a ajustá-las às necessidades da digitalização da organização nos seus vários planos.

Procuramos encontrar uma solução que reforce o balanço das empresas através dos capitais permanentes.

A AFIA trabalhou em conjunto com as associações empresariais setoriais representadas nos *clusters* que estão ligadas à indústria automóvel – MOBINOV e Engineering & Tooling – de



Neste contexto, para lá das medidas apresentadas pelo governo para o conjunto da economia e em especial no que respeita à manutenção do emprego, apresentámos um conjunto de sugestões que respondem às dificuldades do processo de retoma da atividade de produção de automóveis. Desde logo assegurar a manutenção de Seguros de Crédito, a exclusão do regime de *minimis* no acesso das empresas às linhas de

Em especial, consideramos fundamental o apoio através do reforço dos Capitais Permanentes das Empresas: quer através do reforço de novos financiamentos a longo prazo e transformação de financiamentos de curto prazo em médio/longo prazo, com períodos alargados de carência; quer por via de soluções que não passem pelo aumento do passivo das empresas, mas que possam ser configuradas como reforço de Capitais Próprios.

forma a construírem um documento que traduzisse as preocupações das empresas ligadas a esta indústria.

Estas medidas, permitirão às empresas não só atenuar esta crise bem como preparar o período seguinte, de retoma da atividade, se possível incrementar o posicionamento competitivo. ●

<https://afia.pt>

O IMPACTO DA COVID-19 NOS SETORES DA CONSTRUÇÃO E IMOBILIÁRIO E DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Os efeitos da pandemia do COVID-19 nos setores da construção e imobiliário e dos materiais de construção foram, até agora, menos acentuados do que em outros setores, na medida em que as obras não pararam e as empresas, na sua maioria, puderam manter-se em atividade.

As associações empresariais consultadas pela Portugalglobal – AICCOPN e CPCI, e APCMC – alertam, porém, para a necessidade de se acautelar o futuro destes setores, mantendo os níveis de investimento na construção e criando medidas de estímulo à competitividade das empresas.





AICCOPN E CPCI

A continuidade de um setor em atividade

Numa altura em que o enfoque prioritário é ainda a contenção do surto pandémico, é ainda muito difícil quantificar, de forma rigorosa, o impacto da crise gerada pelo COVID-19 no setor da Construção e do Imobiliário. Note-se que, a exemplo do que se passa na generalidade dos países, não foi determinada a suspensão das obras, pelo que o setor continua a dar um contributo determinante, continuando a assegurar a construção das infraestruturas necessárias, o funcionamento dos nossos edifícios – tarefa especialmente crítica nos hospitais e nas estruturas temporárias que estão a ser criadas –, a manutenção das redes de água, de eletricidade, de saneamento e de comunicação, bem como a possibilidade de mantermos as nossas casas seguras e saudáveis.



POR **MANUEL REIS CAMPOS**,
PRESIDENTE DA CPCI*
E DA AICCOPN*

Com efeito, deve-se destacar o papel de todos aqueles que, em obras grandes ou pequenas, nas obras públicas e na construção nova ou na reabilitação, reparação e manutenção, na produção e distribuição de materiais ou na prestação dos mais diversos serviços, como a gestão de condomínios, a mediação imobiliária, entre tantos outros, se têm revelado à altura de dificuldades que, até há bem pouco tempo, estávamos longe de imaginar. É, também, preciso considerar o esforço que as empresas têm feito para manter o exercício da atividade, tendo em conta o cumpri-

mento de todas as orientações da Direção Geral de Saúde, assim como para fazer face aos custos adicionais inerentes a esta situação, que não estavam previstos nas obras em curso. Mas, de igual modo, é necessário reconhecer os empresários e os trabalhadores do setor que, por força das atuais circunstâncias, estão em casa, impossibilitados de desenvolver a sua atividade, mas estão a dar o seu contributo de uma forma diferente e não podem ser esquecidos.

Os atuais indicadores económicos ainda não traduzem estes impactos, mas

todas as estimativas apontam para quebras abruptas da atividade com uma dimensão extraordinariamente significativa. Porém, é necessário começar a preparar a reconstrução da nossa economia, o que passa, desde já, pela resolução das dificuldades que as empresas estão a enfrentar no seu dia-a-dia, e, simultaneamente, pelo planeamento do próximo ciclo, que terá de ser de recuperação de uma crise sem precedentes e, conseqüentemente, precisará de uma resposta rápida e sem precedentes.

E se, no passado, coube sempre à Construção e Imobiliário o papel de motor da economia e do emprego, desta vez não será diferente. Recordo que, no seu conjunto, esta fileira representa 600 mil postos de trabalho, 17,4 por cento do PIB e 50,5 por cento do investimento. Por isso, são necessárias medidas excecionais e orientadas para a nossa atividade, que permitam mitigar os atuais impactos.

Refiro-me a questões como o acesso simplificado e generalizado a linhas de crédito vantajosas e ao *lay-off*, a moratória dos créditos à banca, a suspensão do pagamento dos impostos incluindo-se aqui o IMI e o AIMI, o pagamento imediato de todas as dívidas do Estado a fornecedores, a disponibilização de orientações técnicas que permitam impedir a penalização das empresas pela impossibilidade de realizar as obras e o apoio ao setor na manutenção da sua atividade, tendo sido apresentado ao governo o pro-

jeto “Criar Resiliência na Indústria da Construção - Um plano para a Continuidade no âmbito do COVID-19”.

O país não pode parar e às obras em curso, tanto públicas como privadas, que têm de ser concretizadas, terão de se juntar todos aqueles projetos que Portugal vai precisar para reiniciar a sua economia e emergir mais competitivo e coeso, tanto no plano social, como no plano territorial.

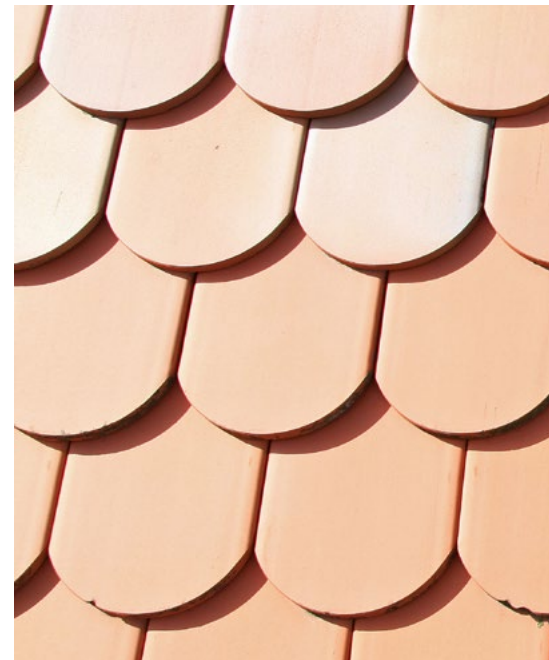
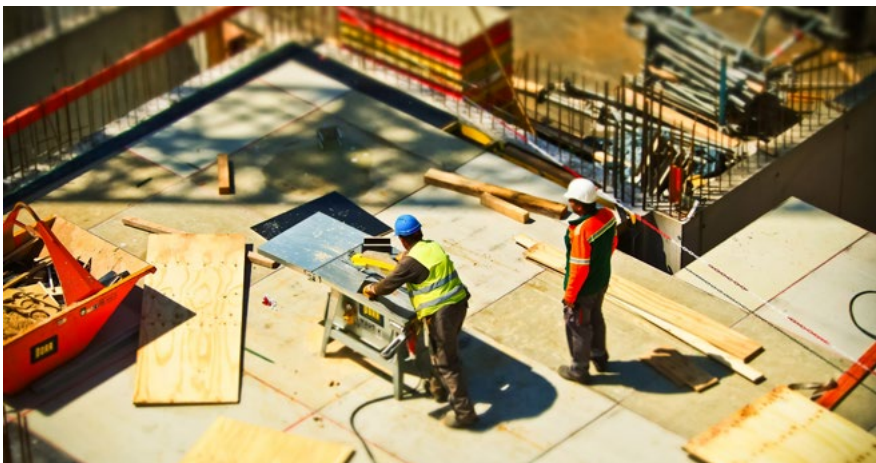
Cumprir o planeamento do investimento público, aproveitar todos os recursos comunitários que vão ser postos à nossa disposição porque, recordo, é na Construção e no Imobiliário e no seu efeito multiplicador na economia e no emprego que a Europa está a apostar, e manter a atratividade para o investimento privado nacional e estrangeiro, são fatores determinantes. Trata-se de um setor decisivo para muitas outras atividades como o turismo, o comércio e a indústria. É necessário, mais do que nunca, capacidade para avançar com rapidez e, como é evidente, com a participação das empresas e dos trabalhadores portugueses que, uma vez mais, não deixarão de corresponder ao desafio que é voltar a colocar Portugal numa rota de crescimento. ●

*CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

*AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e das Obras Públicas

www.aiccopn.pt

www.cpci.pt



APCMC

Estimular a competitividade das empresas

A APCMC representa um vasto setor de empresas, cujo núcleo principal é constituído pelos distribuidores independentes de materiais de construção (generalistas de comércio por grosso e a retalho), mas do qual fazem também parte o comércio especializado de ferragens, sanitários, isolamentos, climatização, madeiras, eletricidade, máquinas e ferramentas, tintas e muitos outros. Estão também associados à APCMC várias dezenas de fabricantes dos mais diversos produtos de construção, alguns dos quais exportam grande parte ou mesmo a maioria da sua produção.



POR **JOSÉ DE MATOS**,
SECRETÁRIO-GERAL DA APCMC -
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS
COMERCIANTES DE MATERIAIS
DE CONSTRUÇÃO

Como as atividades que representamos e a própria atividade de construção não foram encerradas, os impactos negativos têm sido, até à data, limitados e, foram claramente maiores ao nível das empresas exportadoras, com as encomendas por parte dos seus clientes, que se concentram nos mercados europeus, a serem suspensas ainda antes do final do mês de março, obrigando à suspensão da atividade de diversas fábricas, por acumulação de *stocks*.

Ao nível da distribuição há situações muito diferentes, de acordo com a respetiva especialização e o tipo de clientes ou obras a que se dirigem.

O segmento do retalho tem sido o mais afetado, sobretudo a partir da entrada em vigor do estado de emergência, com quebras de vendas que podem superar, em alguns casos, os 20 por cento a 30 por cento e que poderão agravar-se se as medidas de restrição se mantiverem para além do final de abril.

O futuro das empresas do setor vai depender, fundamentalmente, de dois fatores: a normalização da cadeia de abastecimento, com origem interna e externa, por um lado, e o comportamento da procura no período pós-crise sanitária, por outro.

Quanto ao primeiro, o início do regresso ao trabalho em Espanha e em Itália tranquiliza-nos. Como referimos, a nossa indústria ou não parou ou as empresas que suspenderam a fabricação fizeram-no por acumulação excessiva de *stocks*.

A recuperação económica poderá trazer-nos novidades ao nível das condições de competitividade entre empresas dos diferentes países. Se a retoma for lenta, as empresas poderão ficar durante muitos meses em situação de desequilíbrio operacional, isto é, abaixo do "break-even" das vendas. Os prejuízos acumulados durante a pandemia e a redução dos rendimentos das famílias irão refletir-se na procura.

Ao mesmo tempo, virão ao de cima as diferenças de capacidade financeira das empresas e das condições de financiamento entre estados.

Deveremos agir quer do lado da procura, promovendo a sustentação dos rendimentos das famílias e combatendo o desemprego, quer do lado da oferta, através da redução dos custos da energia, dos custos salariais (redução de contribuições sociais e/ou participação para formação em posto de trabalho) e empréstimos com componente de fundo perdido destinados a manter a atividade e subordinados a objetivos.

No setor dos materiais de construção, deverão ser desenhadas medidas específicas de estímulo à reabilitação e construção sustentáveis e à eficiência energética, benefícios fiscais às famílias no domínio da habitação, bem como o aumento dos apoios à promoção externa da produção nacional que complementem as medidas já referidas de suporte à competitividade. ●

www.apcmc.pt



MERCER PORTUGAL

Retoma económica necessitará de mecanismos de solidariedade entre países

Com uma presença em mais de 44 países - entre os quais Portugal -, 25 mil colaboradores e operações em mais de 130 países, a Mercer é uma consultora especializada nas áreas da saúde, reforma, investimentos e talento.

Diogo Alarcão, CEO da Mercer Portugal, revela, num breve depoimento, as previsões (possíveis) da consultora sobre os efeitos da crise desencadeada pela pandemia COVID-19.

“Relativamente ao impacto esperado da COVID-19 no emprego a nível nacional e mundial, é difícil fazer previsões, sendo que não vislumbro um cenário muito positivo. A Mercer tem a decorrer um *survey online* sobre o impacto da pandemia nas organizações e nas pessoas que apresenta os resultados em tempo real (que pode consultar [aqui](#)). Se analisarmos as variáveis que influenciam diretamente o emprego verificamos, para já, que 7,5 por cento das empresas não tencionam fechar a sua operação, sendo



DIOGO ALARCÃO,
CEO DA MERCER PORTUGAL

que 20 por cento ainda não fechou, mas equaciona fechar. Como sabemos estes casos são muito delicados e acompanhados por processos de *lay-off*, licenças sem vencimento ou mesmo despedimentos. Por outro lado, mais de 50 por cento das organizações está a congelar as contratações programadas e têm intenção de não renovar com os colaboradores não permanentes e temporários.

Numa segunda fase, e dependendo do impacto da pandemia nos negócios,



haverá um aumento significativo de processos de reestruturação nas organizações. Inevitavelmente, estes fatores terão como consequência um aumen-

“O nosso mercado é constituído por empresas de pequena e média dimensão e os setores mais representativos são os serviços, o turismo e o setor automóvel e componentes que estão, e irão sofrer fortemente com a atual situação.”

to significativo da taxa de desemprego. Em Portugal, estima-se um impacto económico na ordem dos 8 por cento, o que é dramático tendo em conta que estávamos a experienciar uma retoma económica. O nosso mercado é constituído por empresas de pequena e média dimensão e os setores mais representativos são os serviços, o turismo e o setor automóvel e componentes que

estão, e irão sofrer fortemente com a atual situação.

Por estas razões, a pandemia trará um impacto enorme no nosso país e na nossa economia. Quero acreditar que tudo faremos para recuperar o mais rápido possível e que saberemos aproveitar as oportunidades que esta experiência nos irá trazer.

O que fazer para mitigar esse impacto?

Acredito que o nosso governo está a fazer todos os possíveis para mitigar o impacto do COVID-19 nas nossas vidas e nos negócios. Mas é uma prova para a qual ninguém estava preparado. Do lado dos governos, considero ser importante trabalhar na retoma gradual da economia, tendo em conta que o vírus estará presente durante mais algum tempo e teremos de nos adaptar. Mas é importante dar fortes estímulos à economia e minimizar os efeitos que a pandemia já teve.

Do lado das empresas, não existirá uma fórmula única, até porque os negócios são diferentes e, infelizmente, há setores em que o encerramento das operações é inevitável. Para as empresas que têm a possibilidade de continuar a trabalhar, seja por teletrabalho seja porque faz parte do grupo de atividades básicas, a recomendação é a de encontrar mecanismos que as suportem nesta nova realidade.

Nas multinacionais é habitual trabalhar-se em planos de contingência, pelo que serão as primeiras a estar preparadas para uma situação como esta, assim como para o período pós-COVID. No entanto, as empresas que não estavam preparadas foram obrigadas a transformar as suas rotinas e processos em menos de 48 horas. Pela experiência da Mercer, a premissa deve ser a de proteger as suas pessoas em primeiro lugar e encontrar uma fórmula que permita dar continuidade ao negócio, estando consciente das limitações que o novo contexto proporciona. Por exemplo, eu, como líder,

não posso exigir o mesmo das minhas pessoas sabendo que estão com filhos em casa e que têm outras preocupações. Nesta fase, o elemento-chave é a comunicação, ser transparente claro e procurar entender as necessidades de cada um para se poder adaptar as expectativas da organização face às suas pessoas e vice-versa.

“Pela experiência da Mercer, a premissa deve ser a de proteger as suas pessoas em primeiro lugar e encontrar uma fórmula que permita dar continuidade ao negócio, estando consciente das limitações que o novo contexto proporciona.”

O outro extremo são as empresas que se viram forçadas a encerrar as suas operações. Aqui o quadro é muito mais negro e é necessário perceber a sustentabilidade financeira existente, os apoios que o Estado está a oferecer no apoio aos negócios e identificar quais as melhores soluções que permitam retomar de forma sustentável o negócio.

Para terminar queria deixar uma nota positiva de que esta é uma guerra comum e que se apelamos à solidariedade coletiva a nível social, é muito importante que existam também mecanismos que suportem uma solidariedade económica e financeira entre países. Por outro lado, em todas as crises temos identificado oportunidades e acredito que as organizações e a sociedade aprenderão com esta pandemia. Mais do que nunca é tempo de aprender e adotar novas formas de trabalho que sejam benéficas para todos.” ●

CAPACIDADE CRIADORA E CRIATIVA EM ESTADO DE (EMERGÊNCIA)

É comum afirmar-se, que em tempos de crise, os setores da área da cultura são os primeiros a ressentirem-se e os últimos a recuperar. Efetivamente verificou-se que esta crise pandémica teve um impacto imediato e avassalador nas empresas e profissionais ligados a estas atividades. Neste contexto, destacam-se alguns dos setores que têm vindo a ser mais afetados:

Artes do Espetáculo - o confinamento decorrente do Estado de Emergência em que nos encontramos, levou a que inúmeros espetáculos e festivais



fossem adiados *sine die*, sendo mesmo a maior parte da programação cancelada, tanto em Portugal como no es-

trangeiro. Esta situação teve impacto direto e imediato na atividade, não só dos artistas, (músicos, atores, bailarinos e *performers*), como também das empresas e dos profissionais que integram e estão associados a este setor: produtoras, agências, técnicos de audiovisual, aluguer de equipamentos, bilhética, entre outros, e que levou à suspensão abrupta da atividade.

Cinema e Audiovisual – Também esta área da cultura está a ser fortemente afetada sendo as empresas e



agentes do setor forçados a uma paragem e, desde logo, os trabalhadores que operam à frente e atrás das câmaras, vêm a manutenção dos postos de trabalho em risco, em consequência do adiamento ou mesmo cancelamento de várias produções, tanto nacionais como internacionais, já em curso e/ou em preparação.

Editorial e Livreiro - O adiamento da 90.ª edição da Feira do Livro de Lisboa indiciou, desde logo, o forte impacto da pandemia nesta área, em que muitas das editoras e agências literárias se viram obrigadas a suspender a atividade, a adiar lançamentos, a reagendar a publicação de novas obras, a repensar

Medidas de apoio à economia e às empresas

Com o objetivo de apoiar as empresas e os postos de trabalho dos seus colaboradores, o governo tem vindo a aprovar um conjunto de medidas temporárias e simplificadas para ajudar as empresas a suportar o impacto económico desta pandemia. Estas medidas consistem em reduzir ou aliviar os compromissos perante a banca, o fisco e a segurança social, e os trabalhadores, com vista a manter o emprego e a proporcionar meios financeiros para continuar a pagar aos fornecedores e aos trabalhadores que se mantenham em funções.

Estas medidas de apoio à economia respeitam a:

- *Lay-off*
- Moratórias de Crédito
- Apoios à Tesouraria
- Empresário em nome individual
- Diferimento de Impostos e Contribuições

- Portugal 2020
- Sócio-gerentes
- *Startups*
- Teletrabalho (medidas digitais)

Podendo ser consultadas [aqui](#).

Também a AICEP, que participa no esforço coletivo exigido a todos perante as circunstâncias extraordinárias que o país vive e continua a garantir a atividade diária de acompanhamento das empresas, publica nos *síntes* Portugalglobal e Portugal Exporta legislação e outra informação útil e atualizada para as empresas, designadamente informação relevante para a sua atividade internacional.

Consulte em:

www.portugalexporta.pt/covid-19-legislacao-interesse-para-empresas

www.portugalexporta.pt/covid-19-perguntas-frequentes

todo o plano editorial e inclusivamente, a ver gorado o negócio da venda de direitos a editoras internacionais, assim como contratos de distribuição, em função deste novo contexto.



Igualmente se verificou uma acentuada quebra nas vendas do mercado livreiro, desde logo pela restrição e/ou encerramento de atendimento ao público do comércio, que põe em causa a atividade das livrarias que denotavam já alguma fragilidade. Prevê-se que o forte impacto negativo generalizado no setor, nomeadamente para as pequenas editoras e livrarias, resulte numa falta de liquidez, com graves implicações futuras, pondo assim em causa a capacidade de realização de futuros investimentos.

Caracterizando-se estes setores por uma atitude resiliente e pela extraordinária capacidade “criadora e criativa”, suscitada por uma constante inquietação, rapidamente reagiram à crise através de múltiplas iniciativas nos mais variados formatos, nomeadamente através da utilização de plataformas digitais.

Porém, não sendo esta alternativa suficiente para fazer face aos constrangimentos financeiros encontrados, constituindo estes setores um potencial económico, deve ser dada particular atenção, face à escassez de fontes de financiamento adequadas e à necessidade de apostar na capacitação específica para cada setor sobre o acesso a instrumentos e mecanismos disponíveis. ●

Cristina Góis, especialista da Fileira das Indústrias Culturais e Criativas da AICEP

Mobiliário e Iluminação

As indústrias do mobiliário e iluminação nacionais, com mais de 4.600 empresas, que empregam 35.800 trabalhadores, e um peso no volume das exportações nacionais de 2,2 por cento (dados de 2018) foram fortemente atingidas pelos efeitos da COVID-19. São setores com forte vocação exportadora e cuja promoção internacional é sobretudo efetuada através da participação nos principais eventos internacionais, atualmente suspensos e/ou cancelados.

Com o objetivo de obterem uma visão do impacto da pandemia COVID-19 nas empresas, bem como identificar medidas de apoio à economia destinadas a aliviar as dificuldades das empresas, as associações representativas de cada setor AIMMP - Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal, APIMA - Associação Portuguesa das Indústrias de Mobiliário e Afins e AIPI - Associação dos Industriais Portugueses de Iluminação, dinamizaram a realização de inquéritos junto das suas associadas entre 23 de março e 7 de abril.

As principais dificuldades sentidas pelas empresas inquiridas prendem-se com a redução e cancelamento ou diminuição das encomendas, com problemas na cadeia de distribuição e nos fornecimentos, mas também com paragem total das unidades de produção e as obrigações contratuais para com os colaboradores.

O adiamento do prazo de pagamento das obrigações contributivas e fiscais, o recurso ao *lay-off* simplificado e a linhas de crédito específicas são as principais medidas a que as empresas admitem recorrer, mas propõem ainda que, no âmbito dos projetos apresentados ao Portugal 2020, haja a possibilidade de se reafectar os investimentos previstos em feiras e viagens de prospeção, a ações orientadas para plataformas de atuação internacional, direcionadas para a comunicação digital, bem como a disponibilização imediata dos incentivos a receber.

Em comunicado de imprensa, a APIMA revela que dois terços das empresas do cluster do mobiliário e afins preveem recorrer ao *lay-off* simplificado e que uma em cada três empresas estima quedas de faturação superiores a 50 por cento no ano de 2020.



O IMPACTO DA COVID-19 NO COMÉRCIO ONLINE

O impacto da crise do novo Coronavírus na economia não tem precedentes nos últimos 100 anos; enfrentamos uma situação tão desconhecida quanto volátil. O que parece previsível é que, de todos os aspetos de conduta pessoal e comercial que precipitaram a crise (como o teletrabalho ou a formação *online*), a Economia Digital poderá ser a área mais reforçada, tendo no comércio eletrónico um “braço armado” executor que mudará as formas tradicionais de consumo.



POR **FERNANDO APARÍCIO**,
DIRETOR DA AMVOS DIGITAL
E PROFESSOR DO IE (INSTITUTO
DE EMPRESA)

O que foi observado até agora é que, nas primeiras semanas de desenvolvimento do coronavírus, a procura por produtos de consumo, em particular por alimentos e bebidas, aumentou exponencialmente, bem como outra série de comportamentos irracionais, como o açambarcamento de produtos essenciais, típicos de situações nacionais de emergência.

Também é óbvio que o confinamento forçado resultante das estratégias de mitigação da crise irá promover o modo de compra *online* como uma al-

ternativa à compra física. A Amazon, os outros serviços de entrega e as divisões *online* dos principais retalhistas globais (Target, Walmart, El Corte Inglés, Tesco, Carrefour) estão sob pressão para atender ao crescimento exorbitante da procura através das suas lojas digitais, dado que a premissa é evitar qualquer tipo de aglomeração como medida de prevenção de contágios, sendo o comércio eletrónico uma forma eficiente de atingir esse objetivo.

Numa segunda fase, na qual provavelmente entraremos nos próximos meses, o consumo *online* deverá, no entanto, ser afetado pelo impacto radical da diminuição da procura na economia como um todo. O confinamento fará diminuir o desejo de comprar algo que não seja essencial e as perdas de empregos limitarão o poder de compra. Além disso, a disseminação do contágio na cadeia logística, a qual é indispensável para uma estratégia de comércio eletrónico, é outro fator limitante de grande magnitude. As pressões existentes nos armazéns da Amazon para interromper a atividade devido a um possível contágio, por exemplo, forçaram a limitar as mensagens de comércio eletrónico exclu-

sivamente aos setores mais críticos, o que impede a realização de compras *online* nos restantes setores.

Se falamos de fases posteriores, a incerteza ligada à duração e magnitude da crise subsequente dificulta qualquer tipo de previsão, mas parece claro que esta pode não ser a última crise sanitária e que, portanto, certos comportamentos estão aqui para ficar. Parece claro que o resultado desta crise será que o retalho Brick & Mortar continuará a diminuir em benefício do e-commerce. Os segmentos da população mais relutantes em comprar *online*, especialmente a faixa da população com mais de 60 anos, serão forçados a converter-se ao padrão da compra digital. As vantagens do comércio eletrónico tornar-se-ão cada vez mais evidentes para os recém-chegados, o que impulsionará um desenvolvimento ainda mais acelerado e estratégico para todas as empresas, que irão descobrir como os elevados orçamentos para missões comerciais e participação em feiras podem ser substituídos por versões digitais, o que, por outro lado, representa uma grande economia em deslocções e, last but not least, um importante alívio para os problemas ambientais.

Como desafios pendentes o drama atual promoverá uma reconversão de indivíduos e empresas, que terão que se adaptar a um cenário que questione a globalização como a conhecemos e poderá precipitar ainda mais as tendências protecionistas já evidentes de muitos países. Os modelos de rendimentos das sociedades devem considerar seriamente a adoção de um modelo cada vez mais falado, o do Rendimento Básico Universal sem condições, como a melhor maneira de garantir a manutenção mínima de uma economia global baseada no consumo dos indivíduos. ●



MARIA CELESTE HAGATONG

Chairman da COSEC

“Cosec mantém missão de apoiar o comércio das empresas portuguesas”

Seguradora líder em Portugal nos ramos de crédito e caução, a COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, é igualmente responsável, ao abrigo do mandato que lhe foi conferido pelo Estado, pela gestão do sistema de seguros de crédito com garantia do Estado.

Na difícil conjuntura gerada pela pandemia do COVID-19, atingindo a atividade de milhares de empresas, quisemos saber junto de Maria Celeste Hagatong, *chairman* da COSEC, quais as consequências desta situação no que respeita à missão da companhia de apoiar o comércio das empresas portuguesas.

De que forma a pandemia COVID-19 está a afetar a atividade da COSEC, nomeadamente no que diz respeito ao seguro de créditos à exportação?

Antes de mais a pandemia do COVID-19 obrigou a uma alteração profunda nas nossas vidas e no nosso comportamento individual, bem como na vida das empresas e demais organizações. O confinamento social a que estamos obrigados por razões sanitárias, desde há algumas semanas, levou a COSEC a implementar o teletrabalho dentro da sua organização. Este sistema tinha sido já posto em marcha desde o início do ano, mas de forma muito parcial. Todos os colaboradores da COSEC estão, assim, a trabalhar a partir de casa e estão a assegurar o mesmo nível de serviço, incluindo as atividades comerciais. O mesmo acontece com os seguros de crédito com garantias de Estado (SCGE) e cujas candidaturas nos são apresentadas através da plataforma online scge.cosec.pt.

Mas o alastramento da pandemia do COVID-19 a um grande número de países, nomeadamente europeus, levou a que fossem decretadas medidas excecionais para restringir, na medida do possível, o seu avanço descontrolado, com fortes consequências na atividade económica e no comércio internacional.

O encerramento temporário e as restrições de atividade, por medidas sanitárias e quebra da procura, das empresas industriais e de serviços, para além do fecho de fronteiras e aeroportos com reflexos na paragem do setor do turismo e restauração e também nos transportes aéreos, de forma a manter confinadas as populações nas suas residências, conduziram a um cenário nunca antes visto e cujas consequências são ainda imprevisíveis.

À medida que esta situação se tornou uma realidade, e está cada vez mais a ser prolongada no tempo, os seus efeitos negativos na economia são assustadores. Começa-se a encarar já o recomeço de algumas atividades económicas em alguns países europeus, mas ainda de forma muito restritiva e tímida.

As projeções até ao final do ano e para 2021 começam a ser divulgadas por organizações internacionais e também por vários países, com quebras praticamente nunca vistas do PIB.

O reconhecimento desta situação ao nível da Comunidade Europeia e dos seus membros levou a que estes tomassem medidas de emergência para suavizar os problemas de tesouraria mais prementes das empresas, de forma a preservar não só os postos de trabalho no curto prazo, mas também os rendimentos das famílias.

Assim, as alterações ocorridas a partir de meados de março nos principais países europeus parceiros da Portugal levou a COSEC, bem como as restantes seguradoras deste ramo com atividade em Portugal e também as suas congéneres ao nível europeu a procederem à revisão dos níveis de cobertura da sua exposição nas várias geografias e também ao nível dos setores de atividade mais atingidos. É evidente que estas reduções de coberturas fizeram-se sentir mais acentuadamente em empresas de menor dimensão e com estruturas económico-financeiras mais débeis e, portanto, mais vulneráveis a um choque de uma grandeza como aquela que estamos a assistir.

Gostaria de salientar que não obstante a revisão dos limites de coberturas em vigor, a COSEC todos os dias aprova novos limites de cobertura de transações comerciais, desde que respeitem os critérios de risco mais exigentes atualmente em vigor, e continua a emitir novas apólices.

Este agravamento que se tem feito sentir na atividade económica tem levado nas últimas semanas um aumento crescente das ameaças de sinistro e mesmo do pagamento de indem-





nizações por parte da COSEC, sinal mais do que evidente da deterioração das economias.

Mas a COSEC mantém a sua missão de apoiar o comércio interno e externo das empresas portuguesas pelo que é seu dever continuar a garantir a sua capacidade de honrar os compromissos assumidos nas apólices emitidas, ou seja, a capacidade de pagar atempadamente todas as indemnizações que venham a ser reclamadas pelos seus segurados.

Em termos de avaliação de risco, quais os países (e respetivas coberturas) mais afetados pela atual conjuntura?

Os países mais afetados por esta pandemia e que tiveram de tomar medidas mais rigorosas de confinamento são aqueles em que as consequências na atividade económica são mais nefastas.

Sem dúvida, a Itália, a França, a Espanha, a Alemanha e o Reino Unido são os países que mais sentem esta crise nas suas economias e também são os principais parceiros comerciais de Portugal. Mais recentemente, a situação agravou-se também nos EUA, país também importante no nosso comércio internacional.

As últimas estimativas da Euler Hermes, acionista da COSEC, mostram que, apesar das intervenções dos governos para apoiar as empresas – como adiamentos de impostos, empréstimos e garantias estatais –, o atual contexto de bloqueio da economia poderá levar à falência cerca

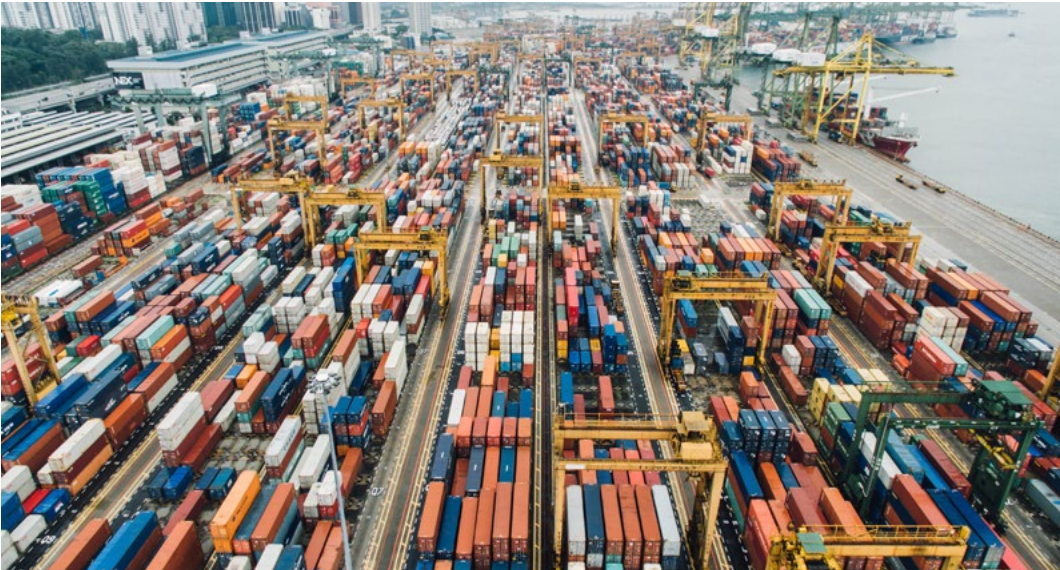
de 13 mil negócios este ano. Neste contexto, 10 por cento do total de empresas em risco estão em França, perto de 9 por cento na Alemanha, 6 por cento em Espanha e 5 por cento em Itália. As insolvências vão aumentar de forma muito significativa em Itália (+18 por cento) e Espanha (+17 por cento), dois dos países mais afetados por esta pandemia e, em simultâneo, importantes parceiros comerciais de Portugal.

Que tipo de auxílio pode a COSEC prestar às empresas exportadoras portuguesas neste difícil momento?

Como já referi a COSEC mantém a sua atividade comercial normal apesar dos critérios de subscrição de risco estarem mais exigentes. Notamos algumas empresas que estavam em regime de autosseguro a procurarem a COSEC nesta fase mais difícil para mitigarem o risco de crédito sobre os seus clientes e melhor poderem programar e gerir a sua tesouraria. As equipas da COSEC mantêm-se em contacto regular e permanente com os clientes, assim como com os mediadores de seguros.

No entanto, a grande preocupação da generalidade das empresas é a de manter a cobertura dos seus créditos comerciais por seguros de crédito a um nível adequado à sua atividade atual acompanhando a retoma da mesma. Este aspeto foi considerado desde a primeira hora muito relevante pelas autoridades europeias, tendo sido reconhecida a necessidade de garantias públicas aos seguros de crédito, mesmo sobre exposições nos países da União Europeia e também EUA, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia. Assim sendo, já alguns países europeus estão a estudar a forma de consagrar o apoio público aos seguros de crédito na sua generalidade, tendo mesmo a França e Alemanha, por exemplo, já aprovado medidas para o efeito.

Não posso deixar de salientar um conjunto de medidas extraordinárias que em março último foram tomadas pela COSEC para facilitar o relacionamento da Companhia com os seus segurados e que se traduzem na antecipação do pagamento de indemnizações até 50.000 euros, na isenção dos custos de comunicação de prorrogação realizados através da plataforma *online* Cosecnet, no adiamento dos prazos de comunicação de não pagamento das vendas a crédito, permitindo que os segurados colaborem com os



seus clientes para que o pagamento se concretize, e na flexibilização de outros procedimentos e prorrogação de prazos associados ao funcionamento dos seguros de créditos.

Relativamente às coberturas para fora dos países da desenvolvidos da OCDE, o governo português decidiu já elevar a linha de seguros de créditos de curto prazo (até dois anos) com garantia do Estado de 250 milhões de euros para 300 milhões de euros, a linha de seguros de créditos de médio prazo para o setor da Metalomecânica e Indústria dos Moldes (dois a cinco anos) com garantia do Estado de 100 milhões de euros para 200 milhões de euros e a linha de seguros de caução para a obras e outros fornecimentos no exterior com garantia do Estado de 100 milhões de euros para 200 milhões de euros.

Cabendo à COSEC a gestão do Sistema de Seguros com Garantia Pública, será de referir que se tem verificado algum aumento de procura para estas linhas, sobretudo no que respeita à linha de seguro de créditos de curto prazo, em parte motivada pela redução das coberturas dos seguros de curto prazo comerciais. Em Portugal, no último Conselho de Ministros, o governo decidiu apresentar proposta de lei para elevar o plafond do limite de garantias do Estado para seguros de crédito, seguros caução e seguros de investimento de 2 para 3 mil milhões de euros.

Estou certa que este foi o primeiro passo para a criação de uma solução de garantias públicas para as exposições em países da União Europeia e desenvolvidos da OCDE, permitindo que as empresas portuguesas tenham acesso a instrumen-

tos idênticos aos dos seus concorrentes europeus para dinamizar as exportações que na retoma da atividade económica ainda serão mais decisivas.

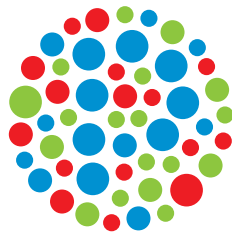
Quais as previsões que, a esta data, podem fazer em relação ao futuro deste setor na cobertura do risco na atividade das empresas no mercado externo?

A indústria dos seguros de crédito tem mais que um século de atividade em muitos países europeus e já se confrontou com várias crises económicas, guerras mundiais e outras interrupções da atividade económica e tudo isto superou.

O reconhecimento pelos vários países da importância desta atividade tem vindo a permitir a ultrapassagem das dificuldades que situações como aquela que estamos a viver trazem e que perturbam o normal caminho desta indústria. E agora mais uma vez se vê, quer ao nível da União Europeia quer dos vários países membros, que as medidas extraordinárias e transitórias que estão a ser implementadas de apoio público aos seguros de crédito têm em vista que este instrumento não falhe e esteja disponível em montantes adequados para as empresas poderem participar na retoma do comércio internacional em condições competitivas.

Em termos de resultados, não será certamente um ano muito favorável para as companhias de seguro de créditos, tendo em consideração a quebra da atividade económica e o aumento da sinistralidade. Mas melhores dias virão certamente. ●

www.cosec.pt



aicep Portugal Global

Informação especializada *online*

Portugalnews

Promova a sua empresa junto de 20 mil destinatários em Portugal e nos mercados externos.

NewsRoom

Para uma divulgação em mercados internacionais, conta com a *newsletter* semanal em língua inglesa e/ou francesa.

Subscreva as nossas *newsletters*.

Fique a par da actividade da Agência no país e no exterior, conheça os casos de sucesso de empresas portuguesas e os artigos de especialidade económica.

Esteja sempre informado com o *clipping* diário da imprensa nacional e estrangeira.



portugalglobal.pt



COVID-19

A AICEP NO APOIO ÀS EMPRESAS E À ECONOMIA

Desde o início da pandemia provocada pela COVID-19, a AICEP tem apoiado as empresas e a economia portuguesa, juntando-se ao esforço coletivo exigido a todos perante as circunstâncias extraordinárias que o país vive. Assim, continua a garantir a atividade diária de acompanhamento das empresas, adaptando-se à nova realidade que lhe foi imposta.

Neste sentido, a AICEP tem implementado medidas de apoio e esclarecimento às empresas portuguesas afetadas pelos impactos da COVID-19.

Uma dessas medidas foi a criação de *task-forces* da Saúde, do Agroalimentar e Bebidas, e da Logística com o objetivo de apoiar e informar as em-

presas nacionais, bem como antecipar eventuais problemas, apostando na capacidade, resiliência e proatividade das empresas portuguesas.

Com a intenção de contribuir para o reforço constante das exportações, a AICEP tem também procurado partilhar oportunidades de negócio nos

mercados internacionais junto de empresas portuguesas que possam responder e fazer negócios.

As Delegações da AICEP nos mercados externos têm sido ainda mais relevantes em época de combate à COVID-19, apoiando ativamente as várias empresas que as procuram e agili-

zando os procedimentos que permitem a aquisição, doação e envio para o nosso país de material de proteção individual e equipamento médico-hospitalar, de que são exemplo os escritórios de Pequim, Xangai, Cantão e Macau.

Além disso, a Agência disponibiliza no seu *website* informação detalhada, que é atualizada semanalmente, sobre os mercados internacionais, nomeadamente sobre os setores com maiores constrangimentos, as principais dificuldades a nível logístico, as maiores

“Reconhecida pelo excelente serviço de apoio aos investidores, a AICEP mantém ligado o radar de investimento, apostando na procura de projetos produtivos, geradores de novos empregos e com elevado potencial exportador”

barreiras à exportação e as principais medidas adotadas por cada país.

Reconhecida pelo excelente serviço de apoio aos investidores, a AICEP mantém ligado o radar de investimento, apostando na procura de projetos produtivos, geradores de novos empregos e com elevado potencial exportador. Desta forma, tem sido capaz de continuar a atrair o interesse de empresas de diversas nacionalidades.

Desde a declaração de Estado de Emergência em Portugal, já foram angariados dois novos projetos de investimento para o nosso país, que se juntam a outro projeto decidido desde o início de março. No total, estes três novos projetos irão criar cerca de 250 postos de trabalho. ●

SAÚDE

AICEP cria *task-force* para a Saúde

POR TASK-FORCE DA SAÚDE DA AICEP

Face à pandemia mundial da COVID-19, situação que a todos apanhou de surpresa no início do mês de março, o governo tomou imediatamente várias medidas que resultam já em mais de uma centena de diplomas legais. Vivem-se momentos inéditos, de profunda disrupção dos hábitos e práticas e, depois do choque inicial, os tempos são agora de adaptação à realidade atual e também de preparação para os desafios e incertezas que se adivinham.

São várias as empresas que estão a converter as suas linhas de produção para produzirem máscaras cirúrgicas, batas, gel desinfetante e todo o tipo de equipamento médico, como, por exemplo, ventiladores que estão a escassear no mundo inteiro.

Tal como as pessoas, as empresas ou outras entidades, também a AICEP soube reinventar-se. Foi nesse sentido que, desde a primeira hora, a AICEP se juntou no esforço coletivo exigido a todos perante as circunstâncias extraordinárias que o país vive, conti-



nuando a garantir a atividade diária de acompanhamento das empresas, mas também de adaptação à nova realidade que lhe foi imposta. Desde logo, procurou dar resposta ao apelo que lhe foi dirigido pelo INFARMED na pesquisa e identificação de fornecedores de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e de Equipamentos de Diagnóstico e de Terapia Intensiva

para suprir as necessidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Tendo presente a experiência de outros países europeus, como Itália e Espanha, e perante a eminência do possível colapso do SNS porque os indicadores dos países mencionados assim o faziam prever, de imediato se colocaram à disposição as estruturas da rede ex-

terna da AICEP, invertendo-se assim a sua missão porque era esse o desígnio nacional. Adquirir equipamento e material necessário ao combate da COVID-19 nos principais mercados fornecedores tornou-se assim a prioridade.

Em paralelo, e para além de toda esta onda de solidariedade que se gerou na comunidade, começaram a surgir várias iniciativas a nível nacional de produção de EPI e equipamento médico de empresas e entidades que habitualmente não o faziam.

O Impacto da COVID-19 no *Fitness* em Portugal

A All United Sports, consultora na área desportiva, fez a primeira análise do impacto que a COVID-19 poderá ter na indústria do Fitness em Portugal durante o ano de 2020, com o objetivo de contribuir para o entendimento de como os ginásios terão que reestruturar os seus objetivos, planeamento e orçamentação para 2020.

A análise temporal e financeira de como poderão ser os próximos meses até ao final do ano nessa atividade prevê uma queda que pode ultrapassar os 40 por cento no volume de negócios anual, correspondentes a uma redução na faturação superior a 100 milhões de euros. A receita mensal dos clubes em dezembro de 2020 estará ainda entre 11 a 16 por cento abaixo do previsto antes do impacto da pandemia para o referido mês. Isto leva-nos para valores de faturação mensal para dezembro próximos dos registados em dezembro de 2013, correspondendo a um retrocesso de sete anos em termos de receitas.

Leia a análise completa [aqui](#).



Atenta a todas estas iniciativas e solicitações, a AICEP constituiu uma *task-force* da Saúde que, desde o dia 10 de março, tem vindo a atuar em quatro principais vertentes:

1. Coordenação das operações e validação de fornecedores de EPI e Dispositivos Médicos ao SNS, nos quais foram envolvidas as delegações da AICEP em mais de 25 países, com destaque para a China, que, em articulação com os quatro escritórios neste país (Pequim, Xangai, Macau e Cantão), fez um levantamento exaustivo de potenciais fornecedores com cotações e especificações concretas, tendo resultado na aquisição efetiva de um

número significativo de produtos essenciais para o SNS. Em paralelo, também estes escritórios foram solicitados a dar resposta a pedidos diretos das empresas nacionais que também procuravam no mercado chinês EPI e Dispositivos Médicos. Também a Coreia do Sul respondeu positivamente com a identificação de fornecedores de *kits* de testes de COVID-19 e a Itália disponibilizou estes *kits*, através de uma multinacional italiana líder no mercado.



Prémio de inovação em saúde apoia combate à COVID-19

A 3.ª edição do Prémio de Inovação em Saúde do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (i3S) da Universidade do Porto vai ser dedicada a COVID-19, nomeadamente a encontrar soluções impactantes no combate ao vírus.

O objetivo é que investigadores e empreendedores nacionais e internacionais apresentem soluções no âmbito da prevenção e monitorização da doença, como meios de diagnóstico, descoberta de compostos terapêuticos ou de vacinação.

Com um prémio total de 20 mil euros, as candidaturas terminaram no dia 27 de abril e os vencedores deverão ser anunciados até ao dia 15 de maio.

2. Divulgação e monitorização da plataforma da Direção-Geral de Saúde (consulte [aqui](#)), em articulação com o INFARMED. A 14 de abril estavam registadas na plataforma, pelo menos, 13 empresas clientes da AICEP. Neste âmbito, a AICEP tem vindo a esclarecer as empresas que se propõem desenvolver produtos que se enquadrem nesta plataforma.
3. Levantamento da oferta nacional, incluindo empresas com conversão da produção, na área dos EPI, dispositivos médicos e produtos complementares. Esta vertente torna-se ainda mais relevante para a atividade da AICEP, uma vez que, supridas

que estão as necessidades internas, é importante apoiar as empresas com capacidade para exportar na fase da retoma da atividade normal.

4. Resposta a pedidos de apoio da AICEP, no âmbito do combate à COVID-19, com origem em hospitais, instituições, empresas e iniciativas privadas. A AICEP apoiou várias entidades do SNS na identificação de potenciais fornecedores nacionais e ajudámos múltiplas empresas na identificação de fornecedores de matéria-prima que viabilizassem a seus processos produtivos, funcionando como um elo de ligação entre as várias entidades envolvidas neste combate.

É com este propósito que a AICEP, e em concreto, a *task-force* da Saúde, tem vindo a atuar, apostando na capacidade, resiliência e proatividade das empresas nacionais, sendo alguns dos muitos exemplos os que a seguir destacamos. ●

Task-force da Saúde constituída por:

- João Zorrinho
- Mariana Wilson
- Renata Silva Gomes

taskforcesaude@portugalglobal.pt

A AÇÃO DAS ENTIDADES PORTUGUESAS DA SAÚDE

Com o objetivo de apoiar no combate à COVID-19, várias entidades portuguesas da área da Saúde têm agido ativamente para dar uma resposta às necessidades que se fazem sentir diariamente, como é o caso do CEiiA, do Instituto de Medicina Molecular e do INFARMED.

CEIIA

Ventilador Médico Invasivo desenvolvido e produzido em Portugal

O projeto “Atena” surgiu como resposta no combate à COVID-19, com o objetivo de desenvolver e industrializar, no curto prazo, um ventilador mecânico invasivo, com elevada incorporação nacional, para concentrar valor no país e garantir a segurança e soberania de Portugal neste tipo de produtos.

O “Atena” demonstra a capacidade de adaptação das organizações à crise e contribui para a criação de condições em Portugal para o desenvolvimento e industrialização de equipamentos instrumentalmente críticos no processo de preservação da vida, valorizando fornecimentos nacionais e a construção de uma indústria de proximidade.

O projeto foi indutor da criação da comunidade “4Life”, que tem como

propósito o desenvolvimento e uso do conhecimento e tecnologia na preservação e valorização da vida no planeta. Esta comunidade reúne, numa primeira fase, médicos, cientistas, engenheiros e mecenas, que se identificam com o propósito. Em fases posteriores será aberta a todos os cidadãos que contribuam diretamente para que este projeto se torne uma realidade, tornando possível o desenvolvimento e a industrialização de um equipamento médico essencial no suporte à vida em Portugal.

Parceiros de desenvolvimento:

- Escola de Medicina da Universidade do Minho: participação nas especificações e nos testes;
- Digital Transformation Colab: participação no desenvolvimento da eletrónica de controlo;
- Instituto Superior Técnico: participação nos processos de apropriação de tecnologia;

- Médicos de vários hospitais: definição de requisitos, validação de especificações e condução de testes.

Parceiros industriais:

- SONAE: colaboração no procurement de componentes;
- EFACEC: produção e preparação para a industrialização;
- FRICONDE e FREZITE: produção de componentes metálicos;
- GLN: moldes e componentes plásticos;
- Guimocircuito e Exatronic: produção de componentes eletrónicos;
- Fornecedoras de componentes: Festo, Intersurgical, RS, Mouser, Farnell, entre outras.

Primeiros mecenas:

- EDP – Energias de Portugal; Família Américo Amorim; Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação La Caixa / BPI; REN – Redes Energéticas Nacionais; entre outros.

www.ceiia.com



IMM – INSTITUTO DE MEDICINA MOLECULAR

Aposta na realização de testes de diagnóstico

Como frequentemente acontece em momentos de crise, a pandemia da COVID-19 despertou em muitos cidadãos a vontade de ajudar o país a ultrapassar uma situação para a qual ninguém estava preparado. E ajudar o país significa, antes de mais, ajudar aqueles que, nos hospitais e centros de saúde, combatem este vírus de forma altruísta. Mas ajudar também a população mais vulnerável, e sobretudo os mais idosos.

Perante esta realidade, a comunidade científica sentiu que podia ter um impacto imediato na vida destas pessoas. Assim, o Instituto de Medicina Molecular João Lobo Antunes (iMM) deitou, desde logo, mãos à obra.

Em pouco mais de dois dias, uma pequena equipa de três investigadores do iMM, constituída por Vanessa Luís, Judite Costa e Miguel Prudêncio, implementou uma *task-force* para o diagnóstico da COVID-19. Em menos de uma semana, os procedimentos instituídos já tinham sido validados pelo Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge e o trabalho estava pronto para avançar. Rapidamente, cerca de 100 voluntários, todos investigadores associados ao iMM, mostraram a sua vontade e disponibilidade para participar neste esforço.

À data de hoje, quase um mês volvido, foram já realizados mais de 5.800 testes de diagnóstico no iMM, número que aumenta diariamente. Entretanto, em articulação com o Ministério da Ciência e Ensino Superior, muitos outros institutos de investigação, Universidades e Politécnicos espalhados pelo país implementaram nas suas instalações procedimentos semelhantes, contribuindo assim de forma inestimável

para tornar Portugal um dos países europeus que realiza mais testes de diagnóstico da COVID-19 per capita.

www.imm.medicina.ulisboa.pt

INFARMED

Plataforma de registo de Dispositivos Médicos e EPI

A AICEP promove a plataforma do INFARMED de registo de Dispositivos Médicos e Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Lançada pela Direção

Esta iniciativa faz face à escassez atual destes produtos no mercado, tirando proveito da mobilização, desde o primeiro momento, do tecido empresarial português. Adicionalmente, aplica o regime excecional à obrigatoriedade da aposição da marcação CE, no que respeita à importação dos produtos necessários à proteção dos profissionais de saúde.

O registo na plataforma é bastante simples: as empresas devem indicar o tipo de equipamento que pretendem produzir, a sua capacidade produtiva (unidades/semana) e o tempo



Geral da Saúde, esta iniciativa pretende identificar fornecedores portugueses e produtos fundamentais na prevenção e combate à pandemia COVID-19.

Através desta plataforma, os fabricantes nacionais que habitualmente não operam nesta indústria, podem obter todas as orientações técnicas que viabilizam a colocação dos produtos no mercado português. Estas especificidades são posteriormente avaliadas pelas autoridades competentes, o INFARMED para os dispositivos médicos e a ASAE para os equipamentos de proteção individual, para garantir a conformidade com os requisitos de segurança e desempenho estabelecidos.

estimado de entrega (dias após a encomenda), para além dos dados gerais e contactos. Devem ainda enviar o relatório de avaliação dos requisitos de segurança e desempenho dos produtos, realizados pelas entidades competentes. Os contactos das empresas validadas são depois publicadas no *website* do INFARMED e CITEVE (em atualização), ficando disponíveis para consulta pelos diferentes organismos interessados.

Até ao momento, estão já validados mais de 60 produtos de mais de 40 empresas potenciais fornecedoras. ●

www.infarmed.pt



EMPRESAS PORTUGUESAS APOIAM FILEIRA DA SAÚDE

No âmbito da atual situação do nosso país, provocada pela COVID-19, várias empresas portuguesas de diferentes setores têm reinventado a sua atividade, de modo a dar resposta às necessidades da Fileira da Saúde. Reconhecendo a importância do combate à pandemia do coronavírus, estas empresas trabalham diariamente e com sucesso para apoiar a sociedade portuguesa.

HIDROFER

Empresa de algodão produz material para os testes da COVID-19

Fundada em 1975, a Hidrofer, empresa do setor do algodão, aposta na investigação e no desenvolvimento dos seus produtos, bem como no investimento da sua linha de produção, através da aquisição de equipamentos industriais tecnologicamente avançados, com o objetivo de fazer face à procura dos mercados em que atua habitualmente, mas também na procura de novos clientes.

Líder de mercado na Península Ibérica e uma referência internacional no seu setor de atividade, a Hidrofer marca presença nas principais cadeias de retalho no Reino Unido, Irlanda, Espanha, Israel, Itália, Marrocos, China, Dinamarca e Brasil.

O grupo Hidrofer conta atualmente com mais de 140 trabalhadores, distribuídos por três empresas, gerindo um volume de negócios anual consolidado de 15 milhões de euros.

Sendo as parcerias a base do sucesso da empresa e perante as circunstâncias extraordinárias atuais, a Hidrofer aposta afincadamente na sua responsabilidade social. Assim, em colaboração com o centro Académico Clínico do Algarve Biomedical Center e o Instituto Superior Técnico, decidiu direcionar parte da sua produção para o fabrico de zaragatoas, instrumento essencial para a colheita de material biológico destinado à realização dos testes de despistagem da COVID-19. Além disso, cede as zaragatoas gratuitamente, dando o seu contributo para este esforço coletivo.

www.hidrofer.com

IBEROMOLDES

Empresa de moldes desenvolve viseiras

O Grupo IBEROMOLDES, em cooperação com os profissionais de saúde, desenvolveu um novo modelo de viseira, que procura ser o mais apropriado e duradouro possível na missão de proteger os profissionais, não só na área



da saúde, mas também os polícias, proteção civil e serviço social, entre outros exemplos, que continuam a trabalhar na linha da frente na luta contra o novo coronavírus.

Recorrendo às competências técnicas e à capacidade industrial do Grupo IBEROMOLDES, desenvolveu-se uma viseira que pretende ser uma solução plurivalente, reutilizável e facilmente esterilizável, sendo feita do mesmo material do que são feitos os melhores biberões para bebés.

A viseira está classificada como um EPI de categoria dois, estando em conformidade com a Diretiva 89/686/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de dezembro de 1989, transposta para a ordem jurídica nacional através da Portaria nº1131/93 de 4 de novembro. Além disso, cumpre também as Especificações de Segurança na Proteção de Olhos regulamentada pela norma EN 166.

Este é um projeto desenvolvido de raiz e inteiramente suportado pelas competências internas do Grupo IBEROMOLDES. Ainda assim, teve a adesão da empresa Augusto Guimarães & Irmão LDA, que contribuiu generosamente com a matéria-prima para produzir as primeiras viseiras, que foram distribuídas gratuitamente aos profissionais de saúde, de segurança e entidades IPSS da região de Leiria, e um pouco por todo o país.

Motivada pela proteção individual de todos aqueles que em Portugal tratam da saúde, da segurança e da garantia dos bens essenciais, esta iniciativa demonstra a preocupação para com o valor social por parte da empresa, mesmo quando o rigor da gestão financeira se torna um imperativo para a sua continuidade.

www.iberomoldes.pt

LABORIAL

Solução de isolamento inovadora pioneira em Portugal

A Laborial, empresa líder no desenvolvimento de soluções para laboratórios e espaços críticos hospitalares, apresenta o BIOcap, um isolador de infeções aéreas, de montagem simples e rápida, que possibilita a instalação de um quarto com pressão negativa, em qualquer local de uma unidade hospitalar ou de outro espaço de utilização coletiva, num curto espaço de tempo.

O BIOcap permite criar uma atmosfera confinada, com pressão negativa e filtragem de partículas absoluta, que acolhe com total conforto e segurança o paciente infetado, protegendo em simultâneo os profissionais de saúde e os outros pacientes no exterior e evitando, deste modo, a proliferação da contaminação em ambiente hospitalar.

O dispositivo está dotado de uma unidade de tratamento de ar, equipada com *display* de pressões relativas em tempo real e de alarmes sonoros e visuais de estado de funcionamento. A entrada para o equipamento faz-se através de antecâmara, com um sistema selado de dupla porta, que prepara a entrada no quarto, onde se encontra o paciente.

A Laborial já instalou várias unidades Biocap em instituições nacionais de referência. A flexibilidade e portabilidade da solução, de fácil montagem e desmontagem, permite também a sua readaptação e instalação em qualquer outro local, reduzindo com isso, os custos associados a espaços com estas características.

Neste período de crise pandémica, a Laborial continua a laborar, de modo a dar a resposta mais eficiente a todas

as solicitações que chegam, contribuindo, com as suas soluções e o seu conhecimento, na resolução do combate à COVID-19.

www.laborial.pt

TRIM NW

A criação de um produto inédito em Portugal

Tendo em consideração a situação atual em que vivemos, a Trim NW sentiu, no fim de março, as consequências dos repetidos encerramentos das fábricas das OEM na Europa, vendo as suas encomendas adiadas sem prazo definido.

Dentro do espírito da proatividade e fazendo valer o seu conhecimento na produção de não tecido (TNT), a empresa contactou o CITEVE, disponibilizando-se para ajudar. Assim, começou uma luta contra o tempo, dada a necessidade urgente de materiais para a confeção de EPI no combate à COVID-19.

A trabalhar em contrarrelógio e impondo adaptações ao seu processo de fabrico regular, conseguiu desenvolver um produto inédito em Portugal para a produção de EPI descartáveis (exceto máscaras), o qual foi aprovado pelo Citeve. Desde então, a Trim NW tem estado a fornecer os seus produtos ao país inteiro.

A Trim NW assumiu o compromisso de disponibilizar a 100 por cento a sua produção para este material, que ajudará muitos profissionais no combate a esta pandemia.

www.trimnw.pt

AICEP NA CHINA APOIA PORTUGAL NO COMBATE À COVID-19

As delegações da AICEP na China, mais especificamente em Pequim, Xangai, Cantão e Macau, têm apoiado ativamente Portugal no combate à COVID-19, através da agilização dos procedimentos que permitiram a aquisição, doação e envio para o nosso país de material de proteção individual e equipamento médico-hospitalar, em coordenação com a Embaixada portuguesa em Pequim.



Os delegados da AICEP, João Falardo, Mário Quina, Mário Ferreira e Carolina Lousinha, dos escritórios de Pequim, Xangai, Cantão e Macau, respetivamente, têm desenvolvido um trabalho exemplar em prol do nosso país, nesta conjuntura de extrema dificuldade para todos, sem descurar a normal atividade de apoio às empresas e apresentando simultaneamente novas oportunidades de negócio para as empresas portuguesas no mercado chinês.

Com a propagação da pandemia pelo mundo inteiro, e em particular em Portugal, as delegações da AICEP realizam um trabalho de prospeção, análise, negociação e aquisição de equipamentos e material médico, com o intuito de reforçar o serviço de saúde público nacional.

De acordo com João Falardo, delegado da AICEP em Pequim, *"A Embaixada de Portugal em Pequim criou um centro logístico que recebe doações de diferentes entidades chinesas, empresariais e institucionais, bem como aquisições, cujo destino são os hospitais e as entidades públicas do nosso país. O transporte para Portugal destes materiais é realizado através de voos fretados à TAP pelo Estado português"*.

"O nosso trabalho tem sido 90 por cento focado na validação de fornecedores de equipamento médico nas plataformas de registo comercial da China e junto das autoridades locais. Toda essa informação segue depois para Portugal, diretamente ou via Embaixada em Pequim, que organiza o transporte desse mesmo equipa-

mento", indica Mário Quina, delegado da AICEP em Xangai.

Mário Ferreira, delegado da AICEP em Cantão, afirma que *"alguns destes produtos e equipamentos foram doados por empresas, organizações e indivíduos, tendo sido geridos através da constante articulação com a nossa Embaixada em Pequim"*. Assim, foi possível a aquisição de vários equipamentos e materiais médicos, como máscaras, material de proteção, kits de teste, ventiladores, entre outros.

Em Macau, surgiram vários movimentos nas redes sociais por parte da comunidade portuguesa para enviar material e apoiar o país no combate à COVID-19, tendo sido criada a Comissão Solidária de Macau. Com o consentimento da Embaixada e da AICEP em Pequim, a delegação da AICEP em Macau gere os materiais doados e adquiridos pela comissão, garantindo que os mesmos chegam a Portugal. O Banco Nacional Ultramarino também se juntou a esta iniciativa, tendo ficado acordado que o dinheiro arrecadado nesta campanha iria para uma conta solidária gerida pelo próprio Banco.

"Em pouco mais de duas semanas e com grande mérito de todos os envolvidos, a comissão conseguiu o apoio de todas as associações de matriz portuguesa em Macau, o apoio público do chefe executivo da RAEM e angariar mais de 500 mil euros para a aquisição de produtos e equipamentos de apoio ao combate à COVID-19 em Portugal, para além de milhares de máscaras", finaliza Carolina Lousinha, delegada da AICEP em Macau. ●



AGROALIMENTAR E BEBIDAS

Falar da Fileira Agroalimentar e Bebidas em Portugal é falar de coragem

POR IARA MARTINS, DA TASK-FORCE DO AGROALIMENTAR E BEBIDAS DA AICEP

Um dos setores que lida diariamente com um enorme esforço de trabalho e com o inimigo invisível, é o setor agroalimentar e bebidas, em toda a sua cadeia de valor. Neste novo tempo em que vivemos, com muitas empresas encerradas e a sociedade em isolamento, é um ato de perseverança continuar a trabalhar, seja no campo, nas unidades de transformação, na embalagem, na logística ou nos pontos de venda de abastecimento alimentar.

Apesar de ser cada vez mais reconhecido como insubstituível, imprescindível e único, o setor da agricultura e da alimentação enfrenta grandes desafios, essencialmente devido às suas dissemelhanças. Muitas das unidades

que fornecem a grande distribuição continuam a trabalhar, com rigorosos planos de contingência, mas com falhas na mão-de-obra, adaptação de horários, novas metodologias nos processos e falhas de matérias-primas, obrigando a uma reinvenção dos produtos e das embalagens. Além disso, também os custos de transporte e de logística aumentaram, especialmente para as empresas exportadoras.

No início do período de confinamento, verificou-se uma elevada afluência no consumo. Contudo, no curto prazo, essa procura vai efetivamente diminuir. Com o encerramento da restauração e da hotelaria, constatou-se uma diminuição do consumo de produtos tipi-

camente portugueses, como o pão, o café, os enchidos e os queijos.

A produção de leite não tem parado. As empresas deste setor têm respondido a um número crescente de pedidos, acabando por se concentrar nas gamas de produtos essenciais. Ainda assim, as entregas de bens como o leite, as bebidas lácteas e os queijos ficaram aquém dos pedidos. No que diz respeito aos queijos artesanais, a perturbação é elevada, já que o encerramento dos restaurantes originou uma quebra na procura de queijo fresco e queijos tradicionais de ovelha e cabra.

No setor das aves é fundamental dar especial atenção à possibilidade de

ocorrerem alterações na garantia da manutenção da capacidade produtiva, dependente do aprovisionamento da ração para alimentação animal e da necessária utilização de mão-de-obra, muito sensível a casos positivos de COVID-19, que podem comprometer o funcionamento das empresas.

De salientar ainda que podem existir perturbações na exportação de ovos para incubação e de aves, efetuada por via aérea, por condicionantes nos aviões, redução de rotas ou limitações nos países de destino.

É igualmente importante referir o problema de escoamento de carne de produção de raças autóctones, como cabrito, leitão, vitela ou borrego, que, devido ao encerramento dos restaurantes, estão a sentir dificuldades na venda. Desta forma, o Ministério da Agricultura pediu ajuda à grande distribuição para o escoamento destes produtos.

No setor do café, registaram-se quebras de vendas na ordem dos 80 a 100 por cento, devido ao encerramento da restauração, que é o principal canal de venda deste produto. O canal da distribuição representa um reduzido número das vendas deste produto.

Por sua vez, nos cereais, constatam-se grandes constrangimentos na obtenção de sementes. Devido às perturbações nos mercados de origem tradicional e nos transportes, verifica-se uma grande dificuldade de importação, que põe em risco o aprovisionamento das indústrias, quer para a alimentação humana, quer para a alimentação animal.

Atualmente, as empresas produtoras de frutas e legumes trabalham todos os dias e adotaram todas as medidas necessárias para assegurar o abastecimento de produtos frescos. Os pequenos frutos tiveram uma enorme quebra de vendas, como consequência do encerramento da atividade hoteleira, restauração e eventos, bem como da mudança de padrões de consumo

durante o isolamento social e a quarentena, às quais se junta a redução acentuada do preço médio dos meses e o aumento de custos de transporte e dos custos com os cuidados acrescidos na higienização e limpeza.

Contudo, é importante salientar que o setor das frutas, legumes e flores tem contribuído bastante para a economia nacional e para o crescimento das exportações.

O cancelamento da "PROWEIN" é muito prejudicial para o setor do vinho. Em termos de exportações, o ano

"A AICEP, como sempre ao serviço das empresas, voluntariou-se para apoiar este setor tão importante e criou uma *task-force* que recebe os pedidos internacionais de bens alimentares e procura, na oferta nacional, empresas que possam responder e fazer negócios. As exportações não podem parar!"

de 2020 vai ser muito difícil a nível mundial, uma vez que os produtores já estão a sentir uma diminuição das encomendas, em comparação com os primeiros dois meses do ano. Esta quebra nas vendas origina uma menor capacidade de armazenamento, mais *stocks* e uma próxima vindima a caminho, levando à consequente diminuição do preço das uvas e do vinho.

Na Fileira Agroalimentar e Bebidas, um efeito do vírus, transversal aos diversos setores, é a falta de mão-de-obra, provocada pela quarentena e pelo encerramento das escolas.

Nestes tempos difíceis, a AICEP, como sempre ao serviço das empresas, voluntariou-se para apoiar este setor tão importante e criou uma *task-force* que recebe os pedidos internacionais de bens alimentares e procura, na oferta nacional, empresas que possam responder e fazer negócios. As exportações não podem parar!

Assim, esta equipa tem estado a trabalhar afincadamente com o mercado alemão, que tem procurado fornecedores de produtos alimentares básicos. Até à data, a equipa da AICEP já conseguiu aproximar várias empresas portuguesas deste importador alemão e muitos negócios foram já concretizados, dando alento neste caminho tão difícil. Outro desafio desta *task-force* centra-se na procura, em conjunto com a Rede Externa da AICEP, de oportunidades de negócios na Europa para as empresas portuguesas deste setor.

Por último, a campanha "Alimente quem o Alimenta", do Ministério da Agricultura, disponibiliza uma plataforma, a nível nacional, que pretende aproximar a oferta e a procura, e apostar nos circuitos curtos de comercialização, pondo em contacto direto quem produz e quem consome. Os produtores interessados em fazer parte desta base só têm de preencher o formulário de inscrição disponível aqui. O objetivo desta campanha é a promoção do consumo de produtos agroalimentares, em especial para aqueles que estão a enfrentar maiores dificuldades de escoamento, provocado pelas restrições impostas pela situação atual, bem como incentivar todos os portugueses a consumir produtos locais. ●

iara.martins@portugalglobal.pt

Task-force constituída por:

- Iara Martins
- Hélder Martins
- Nuno Salgado
- Rita Branco

CASOS DE SUCESSO DA FILEIRA AGROALIMENTAR E BEBIDAS

Em época de pandemia, a Fileira Agroalimentar e Bebidas conta com vários casos de sucesso de empresas que foram capazes de manter a sua atividade de diferentes formas. Assim, há empresas portuguesas que converteram a sua produção para manter a atividade diária e apoiar a sociedade, outras que continuam a exportar ativamente os seus produtos para o mundo inteiro e ainda aquelas que aproveitaram verdadeiramente as novas oportunidades num momento de crise.

ADEGA COOPERATIVA DA VIDIGUEIRA, CUBA E ALVITO

Transforma aguardente em gel desinfetante

A Adega Cooperativa de Vidigueira, Cuba e Alvito (ACVCA) concluiu com sucesso os testes de uma solução de gel antisséptico, com vista a apoiar a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo (ULSBA). Este gel antisséptico à base de álcool é proveniente de Aguardente Vínica, sendo utilizado para desinfeção das mãos.

Tendo como destino prioritário o hospital José Joaquim Fernandes, de forma a garantir a existência de gel desinfetante em todos os espaços essenciais, a Adega usou uma fórmula de produção recomendada pela Organização Mundial de Saúde, ajustando-a à sua realidade.

“Nos dias que correm temos de acorrer ao que é mais necessário para ajudar o país, e percebendo que a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo estava com dificuldades em obter gel antisséptico, iniciámos de imediato os ensaios para a produção do mesmo” afirma José Miguel de Almeida, presidente da Adega.

Manuel Soares, vogal executivo do conselho de administração da ULSBA, enal-

tece o importante contributo e a solidariedade demonstrada pela ACVCA: *“A solução antisséptica de base alcoólica é uma preparação desenvolvida para descontaminação das mãos, que a par de outros meios e cuidados é essencial no controlo do contágio e proteção de profissionais e doentes. Neste momento difícil, o consumo mensal aumentou para perto do triplo, pelo que sendo muito difícil encontrar respostas no mercado, esta parceria é primordial e um balão de oxigénio na obtenção deste produto imprescindível”*.

www.adegavidigueira.pt



CASA SANTOS LIMA

Crescimento exponencial da procura nos mercados internacionais

No início da pandemia, a Casa Santos Lima reforçou as suas medidas de segurança, com a disponibilização de materiais de proteção, tendo inclusivamente produzido viseiras artesanais. Com o intuito de manter a empresa em pleno funcionamento, foi feita uma reorganização dos postos de trabalho.

Desta forma, tem assegurado o engarrafamento, a expedição e a exportação dos seus vinhos para todos os mercados, mesmo com os receios de possíveis interrupções das logísticas nacionais ou internacionais.

A Casa Santos Lima comercializa cerca de 200 marcas, o que obriga a uma logística pesada, exigindo a garantia do reforço de stocks de vários consumíveis, cruciais para a normal atividade da empresa.

Resultado do contexto atual assistiu-se a uma alteração dos padrões de consumo dos portugueses, mas de um modo geral as grandes superfícies e plataformas *online* continuam a assegurar as encomendas.

No que diz respeito aos mercados in-



e o valor das vidas que se salvam, é enorme. Mas também as empresas têm que tomar decisões que assegurem a sua sobrevivência a médio prazo, sem nunca esquecer a responsabilidade social, garantida com o apoio das organizações.

Assim, a José Maria da Fonseca decidiu contribuir com algo que é central ao seu produto, o álcool, que neste caso seria utilizado na produção do famoso Moscatel de Setúbal. Conscientes que a prioridade neste momento é salvar vidas, decidiu doar álcool vínico, para, em parceria com a empresa Levira, produzir 5.000 litros de álcool gel, que será doado a várias instituições de solidariedade social, hospitais, bombeiros e GNR da sua região. Em paralelo, também disponibilizou um número de viseiras para a Misericórdia de Azeitão, de modo a garantir que podem continuar a cumprir a sua missão com um elevado nível de segurança.

ternacionais, e mais especificamente aos Estados Unidos da América, Canadá e países nórdicos, no mês de março, registou-se um crescimento considerável. A opinião dos importadores é que, em resultado do maior confinamento em casa, o consumo doméstico de vinho aumentou. Esta procura exigiu um grande esforço de colaboração e a reorganização de circuitos e métodos de trabalho.

Com o aproximar da vindima de 2020, e mesmo perante as dificuldades atuais, a Casa Santos Lima continua a efetuar investimentos na área agrícola, em novas plantações, em diversos equipamentos e no reforço da capacidade de armazenamento. Assim, sem ter reduzido a atividade e com o empenho de todos os colaboradores, conseguiu que o passado mês de março fosse o melhor mês de vendas de sempre, fruto da enorme procura de alguns mercados de exportação.

JOSÉ MARIA DA FONSECA

Moscatel de Setúbal convertido em álcool gel

Sendo este um momento singular na história da humanidade, com uma elevada percentagem da população mundial confinada com elevadas restrições, verificam-se severos impactos na economia e na vida das empresas. O dilema dos decisores políticos, entre os custos económicos da quarentena

António Maria Soares Franco, administrador da empresa, garante que *"a empresa tem tomado decisões que conjugam os objetivos de proteger a saúde dos nossos colaboradores e ao mesmo tempo garantir a viabilidade económica do negócio. Continuamos a satisfazer todas as encomendas dos nossos clientes, quer a nível nacional, quer na exportação, e certamente estaremos cá para continuar a contar a história desta empresa com quase 200 anos"*.

www.jmf.pt





PALMEIRO FOODS

A aposta numa nova oportunidade de negócio

A Palmeiro Foods, empresa do setor alimentar especializada no desenvolvimento, produção e comercialização de produtos alimentares desidratados e liofilizados, disponibilizando uma vasta gama de produtos de fácil e rápida preparação que se adaptam às necessidades dos seus clientes e consumidores, exporta para diferentes mercados externos, como Espanha, França e Alemanha, e mantém atividade em Angola e Moçambique.

Com o fecho de todas as unidades escolares, fábricas, hotéis e mercado Horeca, os clientes tradicionais da empresa começaram a entrar em lay-off ou a manter a produção reduzida. Perante este cenário de elevadas quebras nas vendas, surgiu, através da AICEP, uma oportunidade de negócio no norte da Europa.

O novo cliente demonstrou interesse em alguns produtos que a empresa tinha em carteira, pedindo uma mudança e adaptação das embalagens e da logística. Com metade da equipa de Investigação e Desenvolvimento em teletrabalho, a Palmeiro Foods adaptou rapidamente os seus produtos às necessidades do cliente, que ficou surpreendido com a rapidez, qualidade de resposta e adaptação aos seus requisitos. Até ao momento, o cliente já encomendou seis camiões para o mês de abril e oito para o mês de maio.

Esta oportunidade vem pôr fim às grandes quebras previstas para os próximos meses, criando uma expectativa futura de novos mercados, obrigando a empresa a reorganizar-se e a fazer uma nova aposta na internacionalização.

www.palmeirofoods.com

RAMIREZ

Conservas portuguesas continuam a conquistar o mundo

Nos dias de hoje, o mundo enfrenta um inimigo comum, invisível e implacável – a COVID-19. Desta forma, o plano de contingência da Ramirez passou pela implementação de todas as indicações da DGS. Com um ajustamento de alguns processos e as devidas adaptações, a empresa continua a laborar na máxima força, uma vez que as conservas de peixe funcionam em contraciclo e em cenários de guerra, são um produto muito procurado, sendo a altura em que o consumidor mais procura os produtos de marca.

No mercado interno, em fevereiro e março, a Ramirez registou uma *performance* bastante acima do merca-





do. Por sua vez, na exportação também verificou um aumento excepcional da procura na maioria dos 55 países onde está presente.

Olhando para o futuro, a Ramirez vê com alguma preocupação o regular abastecimento da matéria-prima, uma vez que o produto mais exportado é a sardinha e até à data, nada se sabe sobre a abertura das pescas em Portugal e sobre as quantidades do plano contingente 2020. Além disso, os canais de fornecimento externo da empresa estão sem produto de qualidade. Em relação ao atum, esta situação também se verifica, devido à paragem dos mercados e à falta de qualidade do produto.

De acordo com Luís Avides Moreira, *“o aumento dos preços da matéria-prima é outro problema que temos de gerir, mas mesmo assim lançamos dois novos produtos, o atum em azeite e o atum em óleo, por considerarmos a forma mais adequada de responder a esta conjuntura e enviar uma forte mensagem de confiança e esperança a todos os nossos parceiros e consumidores”*.

www.ramirez.pt

SUPER BOCK GROUP Reconhecida marca portuguesa reinventa-se para apoiar a sociedade

Devido há situação atual em que vivemos, é fundamental pensar e preparar o futuro. As empresas devem adaptar, decidir e agir, criando novas oportunidades, de forma a reporem a sua atividade e minimizarem o risco e o impacto em possíveis surtos futuros. É o faz o Super Bock Group. Desde que esta crise mundial começou a dar os primeiros sinais, ainda a quilómetros de distância de Portugal, a preocupação foi criar medidas de proteção e assegurar a sustentabilidade do negócio. Estas têm sido as principais prioridades do grupo e continuarão a sê-lo.

Contudo, a responsabilidade do Super Bock Group não se limita apenas à organização, uma vez que sempre teve um papel ativo na sociedade, participando também agora neste esforço conjunto. Reorientou a atuação, do ponto de vista corporativo e das suas marcas: Super Bock, Pedras e Vitalis. Está a apoiar o Serviço Nacional de Saúde com várias ações,

nomeadamente ao reaproveitar um dos seus subprodutos para produzir álcool gel para ser distribuído por várias unidades hospitalares. Mas também está a apoiar os seus parceiros da restauração, através de uma plataforma solidária que lhes garante alguma liquidez, já que a pandemia obrigou ao seu encerramento.

“Neste quadro de entrada num novo ciclo de desenvolvimento económico, é fundamental que Portugal mantenha a competitividade nos setores onde já existem vantagens competitivas. No contexto pré-COVID-19, o setor cervejeiro era o 15.º mais relevante da economia nacional, contribuindo para mais de 80 mil postos de trabalho diretos e indiretos, e com resultados bem significativos da sua capacidade exportadora. Somos resilientes. Sabemos que nos esperamos tempos desafiantes. Mas não descansaremos enquanto não restituirmos o equilíbrio ao nosso setor, aos parceiros, à rede de distribuição e aos múltiplos pontos de venda espalhados por este país, exemplar na forma como tem respondido à pandemia. Por isso, é essencial a retoma económica e o regresso da confiança dos consumidores em Portugal e no mundo”, conclui Miguel Araújo, diretor de Comunicação e Relações Institucionais do Super Bock Group.

www.superbockgroup.com



LOGÍSTICA

Um serviço fundamental para as exportações

POR TASK-FORCE DA LOGÍSTICA DA AICEP

Perante as circunstâncias extraordinárias atuais e com o objetivo de continuar a garantir o acompanhamento diário das empresas exportadoras, a AICEP criou uma *task-force* para a área da Logística.

Esta *task-force* foi criada com o objetivo de antecipar problemas ao ní-

de hoje, a *task-force* da Logística tem a intenção de contribuir para apoiar as exportações, através da partilha regular dessa informação com as empresas.

Nesse enquadramento, a AICEP preparou informação sobre o impacto e constrangimentos que a COVID-19

redores fronteiriços (*Border crossing times for trucks*).

Neste sentido, ao nível dos transportes terrestres, a Comissão Europeia estabeleceu “corredores verdes” para o transporte de mercadorias. Foram assinalados pela Comissão Europeia sete pontos de passagem fronteiriça



vel de transporte e armazenagem de mercadorias, estando a ser identificadas empresas operacionais que possam apoiar aqueles que necessitam deste serviço. Neste sentido, a AICEP tem recolhido informação sobre as empresas que continuam a funcionar nesta conjuntura, bem como se os fluxos estão a ser garantidos e em que setores, especialmente no que diz respeito às exportações.

Tendo a informação útil e atempada uma importância acrescida nos dias

está a causar nos principais mercados de exportação das empresas portuguesas e as principais medidas que estão a ser tomadas nesses mercados, a qual pode ser consultada [aqui](#).

Além disso:

- Na página da Comissão Europeia “EU Coronavirus response¹” é possível consultar as restrições impostas por cada Estado-Membro na área dos transportes (*Overview of national measures by country*), bem como o atraso dos camiões nos cor-

entre Portugal e Espanha, com destaque para Valença, Vilar Formoso, Caia e Vila Real de Santo António.

- O ITC – International Trade Centre disponibiliza uma Base de Dados com as medidas de cada país relativas ao comércio internacional (importação/exportação): ITC Covid 19 Temporary Trade Measures.²

Tendo como suporte a informação e o apoio da Rede externa da AICEP nos mercados, bem como a grande proxi-



Torrestir distribui um milhão de luvas em instituições de idosos

Para fazer frente às necessidades mais urgentes relacionadas com a COVID-19, a Torrestir levou a cabo a distribuição gratuita de um milhão de luvas junto de diversas IPSS espalhadas de norte a sul do país. Esta ação decorreu através de uma parceria estabelecida com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, com o objetivo de apoiar estas instituições.

É de salientar a importância da entrega deste tipo de equipamento junto de instituições que cuidam e apoiam os idosos, um dos grupos etários mais vulneráveis a este vírus.

Com mais de 2.000 colaboradores, 14 plataformas de *Cross Docking* (Distribuição), três plataformas de logística integrada e mais 1.600 veículos próprios de capacidade operacional, o grupo bracarense oferece serviços ligados à exportação, importação, armazenagem e distribuição, proporcionando total controlo e informação sobre todo o processo de movimentação da mercadoria aos seus clientes.

midade às empresas exportadoras, a *task-force* da Logística tem tentado encontrar soluções que permitam facilitar as exportações, nomeadamente estabelecendo conexão entre empresas de logística e transporte e as empresas exportadoras nacionais, de modo a assegurar o normal fluxo das cargas.

Apesar da situação atual, uma grande parte da atividade económica do país continua a funcionar, nomeadamente no que diz respeito à agricultura, indústria alimentar e comércio grossista, bem como as empresas da fileira da saúde.

Assim, a cadeia logística de transporte de mercadorias permanece mobilizada, para garantir que esta continuidade não cesse. Esta cadeia inclui transportadores rodoviários, terminais portuários e logísticos e transportadoras.

Sabendo que o panorama atual do setor da Logística e dos Transportes é completamente distinto do habitual, tanto no que respeita às companhias aéreas, que estão a operar com muitas limitações, ainda que muitas consigam garantir o transporte de carga, nomeadamente através de aviões especial-

mente fretados para esse efeito, como no transporte terrestre rodoviário, com limitações inerentes aos planos de contingência e controlo de fronteiras, as empresas do setor de transporte e logística estão a adotar medidas de segurança e serviços excecionais, priorizando a garantia de circulação de bens essenciais no país e no estrangeiro.

Por outro lado, a logística, incluindo a dimensão e rapidez esperadas das entregas, está a mudar rapidamente, especialmente devido às encomendas *online*. O setor está assim perante uma digitalização das operações logísticas, que começou antes da pandemia e irá reformular empresas inteiras nos próximos anos, tendo um enorme impacto nos seus negócios e rotinas. A logística digital permite às empresas tomarem melhores e mais rápidas decisões, para além de uma colaboração mais contínua com os seus parceiros. Esta é uma mudança essencial caso as empresas pretendam manter-se competitivas.

Desta forma, para fazer face a todas as alterações no mercado, as empresas devem tornar-se digitais, o que irá permitir que continuem a moldar o futuro da logística nos próximos anos, tornando-se mais eficientes e sustentáveis e permitindo uma maior satisfação dos clientes.

Estando ao lado das empresas diariamente, a AICEP acredita, que com o esforço de todos, iremos ultrapassar este momento particularmente difícil para as empresas. ●

Task-force constituída por:

- Ana Paula Borges
- António Carona
- Jorge Mendes Ribeiro

¹ https://ec.europa.eu/info/live-work-travel-eu/health/coronavirus-response_en

² <https://macmap.org/covid19>

EMPRESAS DA LOGÍSTICA GARANTEM AS EXPORTAÇÕES NACIONAIS

As empresas do setor da Logística e do Transporte reconhecem a importância da sua atividade nos dias de hoje, estando conscientes do seu papel na economia e na continuidade das cadeias de abastecimento. Desta forma, garantem diariamente o transporte de todo o tipo de bens, não apenas os essenciais, bem como a exportação e importação dos mesmos. Tendo sido capazes de se adaptarem com segurança a uma fase de pandemia, estas empresas contribuem para a longevidade dos empregos e dos negócios no nosso país.



DAMCO

Os desafios do setor Logístico

Os constrangimentos operacionais provocados pelo estado de emergência ou pelo encerramento repentino de estruturas e alfândegas representam riscos reais que persistirão nos próximos meses.

A resposta da Damco a este desafio assentou na preparação antecipada, uma vez que, desde janeiro de 2020, monitoriza o vírus e a sua disseminação, garantindo a preparação de todos os escritórios da empresa, para que todos os colaboradores pudessem trabalhar a partir de casa com efeitos

imediatos, para os proteger e minimizar o impacto na comunicação e operações diárias com os clientes.

Além disso, todos os funcionários têm acesso a uma aplicação com informação atualizada e recomendações, permitindo uma resposta rápida às necessidades das empresas.

Por fim, a empresa apostou em soluções inovadoras, oferecendo serviços LCL express, Truck-Air / Sea-Air e Intercontinental ferroviário. Por exemplo, a Damco conta com um voo *charter* exclusivo proveniente da China para a Europa, com origem em Xangai, Qingdao, Pequim, Tianjin, Xiamen e Cantão.

www.damco.com

GARLAND

A importância da atividade Logística

Sendo este um momento histórico pautado pela adversidade e pelo combate a um vírus invisível com impacto em vários setores, o Grupo Garland está empenhado em contribuir para o incremento da capacidade de resposta em tempo de pandemia. Assim, tem assegurado a prestação dos seus serviços de Transportes, Logística e Navegação, consciente de que o setor é essencial para que os bens de primeira necessidade cheguem a todos os portugueses, e que tem um papel central na continuidade das cadeias de abastecimento dos clientes e na economia de inúmeras empresas.

Na área do transporte por via terrestre, a Garland continua a operar para toda a Europa, importando e exportando produtos essenciais, mas também de origem portuguesa, contribuindo para a longevidade dos empregos e negócios nacionais. Os armazéns estão abertos e a distribuição mantém-se ativa. O serviço de transporte via marítima está operacional, já por via aérea encontra-se limitado, devido à escassez de voos.

Nos serviços logísticos, a empresa está particularmente ativa no mercado ali-



mentar e no *e-commerce*, recebendo os produtos vindos de mercados internacionais para satisfazer as necessidades dos portugueses, onde se destacam bens alimentares, hospitalares e de segurança nacional.

“A administração do Grupo Garland reúne continuamente por videoconferência para assegurar a tomada de decisões necessárias numa realidade em permanente alteração. Temos 60 por cento dos colaboradores em teletrabalho e 40 por cento a trabalhar nas instalações como medida de contenção, e mantemos a comunicação interna e com os vários parceiros através dos canais digitais. A saúde e a segurança dos colaboradores são uma prioridade para a Garland, e por isso continuará a enquadrar a sua ação no contexto do COVID-19, de acordo com as recomendações da Direção-Geral de Saúde”, refere Peter Dawson, presidente do conselho de administração do Grupo Garland.

www.garland.pt

LUÍS SIMÕES

Reforça capacidade de resposta em tempo de pandemia

Com a prioridade de garantir a segurança e a saúde dos seus colaboradores e de todos os elos da cadeia de abastecimento, até ao consumidor final, a Luís Simões (LS) avançou desde

cedo com um plano de contingência. Assim, implementou diferentes medidas, como o teletrabalho, quando possível, a restrição de acessos e medição diária da temperatura a todos os que acedem aos centros LS, a disponibilização de *kits* COVID-19 (máscara, luvas e álcool gel), entre outras.

Naturalmente, a empresa está a sentir as consequências desta pausa na economia. No caso dos setores de bens essenciais, como a alimentação e os produtos de higiene e limpeza, sentiu-se uma maior procura no início da pandemia. Desta forma, a Luís Simões reforçou a sua colaboração, especialmente no reforço das necessidades de armazenagem, e ofereceu soluções rápidas e eficazes. Por exemplo, numa semana transferiu e implementou uma operação alimentar de 10 mil paletes no armazém automático do Carregado, a pedido de um cliente que teve de deslocalizar parte dos seus produtos. Numa situação normal, demoraria seis meses.



Com os clientes de setores total ou parcialmente afetados, o cenário é distinto. Há operações de transporte e logística totalmente paradas neste momento e o canal Horeca e as operações de PLV estão suspensas.

“Se há algo que todos podemos aprender neste contexto é a cooperação. A sociedade civil tem dado provas de que conseguimos atingir melhor e mais rápido os nossos objetivos em cooperação, do que em competição. A responsabilidade social tem-se cumprido em todos os quadrantes. Na LS temos dado resposta, na medida da nossa disponibilidade de meios, a pedidos de clientes, IPSS, sociedade civil e entidades oficiais. Continuaremos a cumprir com a nossa responsabilidade social como, aliás, fazemos regularmente”, afirma Vítor Enes, diretor geral de Business Development da Luís Simões.

www.luis-simoes.com

RHENUS

Uma aposta em soluções globais

A Rhenus Logística & Transportes sentiu o primeiro contacto com a realidade provocada pelo COVID-19 na Ásia, através dos seus escritórios na China. Numa iniciativa de apoio interno, fez chegar aos seus colaboradores 20 mil máscaras

compradas em mercado nacional, para os socorrer no imediato. Posteriormente, os colaboradores da empresa em Itália ficaram também à mercê, tendo sido enviadas mais 10 mil unidades.

A empresa mantém a sua rede de escritórios atualizada com disponibilidades nas diferentes vias, fazendo-se valer da informação local para proporcionar soluções globais e conseguir continuar a servir todos os clientes, salvaguardando sempre a saúde dos seus colaboradores.

A atual capacidade e disponibilidade para manter abertos os corredores de transporte tem feito crescer o número de oportunidades, no entanto, a dificuldade criada pelo quase encerramento do Porto de Lisboa encarece os processos de importação e exportação dos operadores, resultando numa



perda de competitividade de algumas empresas nacionais.

Atualmente, os colaboradores da Rhenus na China e nos Estados Unidos da América têm sido um apoio fundamental para as cargas diárias, incluindo algumas operações *charter* que a empresa tem efetuado, sobretudo de EPI, mas também em todas as outras tipologias de carga.

Pela exportação dos produtos, a Rhenus mantém "a todo o gás" a sua operação a partir de casa e com processos quase 100 por cento em formato digital.

www.rhenus.group



INVESTIDORES ESTRANGEIROS APOSTAM EM PORTUGAL EM CONJUNTURA DE CRISE

POR DIREÇÃO DE ANGARIAÇÃO DA AICEP

No combate aos efeitos do surto de COVID-19, enquanto as empresas lutam na linha da frente e a AICEP se mantém firme no apoio às empresas, também mantemos ligado o radar do investimento. A imposição do teletrabalho não tem impedido que a AICEP continue à procura de projetos produtivos, geradores de novos empregos e com elevado potencial exportador.

Perante a imposição do distanciamento social e a suspensão de voos, a equipa da AICEP responsável pela

angariação de investimento estrangeiro teve a capacidade de ajustar os seus métodos de trabalho sem perder



O testemunho de Hans Szymanski

CEO da NFON AG

“A NFON AG, o único fornecedor pan-europeu de soluções PBX em *cloud*, procurava uma localização para outro Centro de Desenvolvimento na Europa. Depois de Portugal ter sido incluído numa *shortlist* de possíveis localizações, a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal - AICEP foi designada para apoiar a avaliação e seleção de um futuro centro de R&D em Portugal. Apesar dos constrangimentos impostos pelo surto de COVID-19, a AICEP conseguiu prestar à NFON AG um serviço de apoio completo e exaustivo. Neste contexto, uma viagem a Portugal que se encontrava agendada e planeada há algum tempo - e que incluiria visitas a Universidades, empresas tecnológicas e outras instituições - foi readaptada e realizada com sucesso por meio de videoconferências ao longo de vários dias, fazendo assim face às atuais restrições de viagens.”

a proximidade com os clientes. As empresas que se encontravam a equacionar o estabelecimento de operações em Portugal continuaram a ser acompanhadas pela equipa, que manteve não só a frequência dos contactos, como também os elevados níveis de qualidade no apoio à execução dos projetos e aos processos de decisão dos clientes.

No caso das visitas de investidores previamente programadas para o mês de março, foi possível uma reconversão para programas de visitas virtuais. Bem acolhida pelos investidores, assim como por todos os interlocutores e parceiros em Portugal, desde universidades e consultoras a outras empresas já instaladas, esta modalidade de visita virtual permitiu realizar várias reuniões por videoconferência de uma forma muito prática e produtiva. De resto, a flexibilidade na marcação de encontros e abertura para os canais virtuais foi largamente valorizada pelos investidores. O sucesso deste serviço à distância traduziu-se na concretização de intenções de investimento, que, desde a declaração de Estado de Emergência

em Portugal, já correspondem a dois novos projetos angariados para o nosso país, a juntar a outro projeto decidido desde o início de março. No total, cerca de 250 postos de trabalho serão criados por estes três novos projetos.

Em era de distanciamento, a capacidade de manter a proximidade com os investidores constitui o mais importante fator de competitividade na captação de investimento estrangeiro. O desenvolvimento de relações de confiança permite ao investidor atenuar a sua perceção de risco e conferir maior segurança ao seu processo de tomada de decisão. Reconhecida pelo excelente serviço de apoio aos investidores, a AICEP continua a atrair o interesse de empresas de diversas nacionalidades. Nas últimas semanas, tem-se renovado interesse na instalação de centros de serviços partilhados, centros de competências e desenvolvimento de software. Registam-se também casos de potenciais projetos industriais, na perspetiva de localizar centros de produção suplementares para fazer face aos constrangimentos que o surto causou nas cadeias de fornecimento. ●





AICEP APOIA EMPRESAS AFETADAS PELA COVID-19

No contexto da pandemia COVID-19, a AICEP acompanhou rapidamente as medidas emanadas pelo governo no apoio às empresas portuguesas, com o objetivo de minimizar os efeitos negativos e nocivos desta pandemia. No âmbito dos sistemas de incentivos Portugal2020, a AICEP adiantou o pagamento de mais de 50 milhões de euros a empresas e associações atingidas pela pandemia.

Neste sentido, a atuação da AICEP traduziu-se de imediato no seguinte:

- Com o objetivo de mitigar os problemas de tesouraria das empresas, a Agência acelerou um conjunto de pedidos de pagamento que estavam em carteira, recorrendo a mecanismos permitidos pela legislação em vigor para transformar pedidos de pagamento apresentados, há mais de 30 dias úteis, sobre a forma de reembolso intercalar, em pedido de adiantamento. Assim, foi possível realizar o pagamento de 80 por cen-

to do incentivo de cada pedido, sem pedir esclarecimentos adicionais.

A AICEP adiantou o pagamento de mais de 50 milhões de euros às empresas e associações afetadas pela pandemia no último mês, ajudando-as a enfrentar esta crise. Estes apoios são oriundos de fundos comunitários, correspondentes a valores que as empresas já tinham direito, estando a ser acelerado o seu pagamento, ou então a novos pedidos de adiantamento.

- Além disso, foi também feito realizado um levantamento exaustivo

de todos os Planos de Reembolsos que poderiam ser alvo da medida contemplada na RCM nº 10-A/2020, isto é, ter um diferimento, por um período de 12 meses, das prestações vincendas entre 12 de março e 30 de setembro de 2020, sem encargos de juro ou penalidades, atualizar planos de reembolsos e fazer as respetivas comunicações às empresas. Neste âmbito, já foi comunicado a 147 empresas o diferimento da sua prestação por 12 meses, representando cerca de 147 milhões de reembolsos.

- Em terceiro lugar, a AICEP desencadeou medidas, no sentido de avançar com a análise dos encerramentos de projetos, de forma a poder ser libertado, sempre que seja aplicável e começando pelos mais antigos, o remanescente cinco por cento de incentivo que ficou cativo em sede de pedido de pagamento final, nos próximos seis meses.
- Por fim, a Agência começou a colaborar com as entidades responsáveis, designadamente as Autoridades de Gestão e demais membros da Rede de Incentivos, na criação de

medidas que permitam minimizar os danos causados pela pandemia ao tecido empresarial.

Neste contexto, foram ainda criados dois novos Sistemas de Incentivos. Em primeiro lugar, um Sistema de Incentivos à Inovação Produtiva, que visa apoiar empresas que pretendam estabelecer, reforçar ou reverter as suas capacidades de produção de bens e serviços destinados a combater a pandemia, incluindo a construção e a modernização de instalações de testes e ensaios dos produtos relevantes da COVID-19.

E em segundo lugar, um Sistema de Incentivos a Atividades de Investigação e Desenvolvimento e ao Investimento em Infraestruturas de Ensaio e Otimização, que visa apoiar as atividades de investigação e desenvolvimento pertinentes no contexto do combate à COVID-19, bem como as infraestruturas de ensaio e otimização que contribuam para desenvolver produtos relevantes para fazer face à pandemia.

A Agência presta igualmente apoio às empresas que estão a reconverter a sua atividade para produzir produtos essenciais no combate à pandemia, através da partilha de informação relevante em termos de certificação e da ligação com o INFARMED, a ASAE e outras entidades do Serviço Nacional de Saúde, para poderem recorrer a fornecedores nacionais que estejam a produzir materiais de elevada procura no atual enquadramento.

Recentemente, a AICEP lançou uma ferramenta de diagnóstico para as empresas puderem avaliar a sua capacidade de entrar no *e-commerce*, um modelo de negócio em expansão nestes tempos de pandemia, e iniciar a exportação *online*. Reforçando a aposta dos últimos dois anos no comércio eletrónico, estão também a ser lançados um conjunto de *webinars* no âmbito da COVID-19, do *e-commerce* e dos mercados internacionais.

Outra forma de apoiar as empresas portuguesas centra-se na disponibilização de informação sobre oportunidades de negócio noutros mercados externos. Além disso, todas as semanas é também publicada no *website* da AICEP informação sistematizada e atualizada sobre o impacto da COVID-19 em 38 mercados, com o intuito de informar as empresas sobre o que está a acontecer e o que podem fazer nesses países. ●

AICEP lança Webinar Market dedicados a mercados internacionais

A AICEP está a realizar um conjunto de *Webinar Market* dedicados a mercados internacionais, com a participação dos delegados da Rede Externa, presente em diversos países, para esclarecer as empresas sobre o impacto da pandemia COVID-19 no respetivo mercado.

Os delegados da AICEP, espalhados por mais de 50 países, vão esclarecer e apoiar as empresas portuguesas, nomeadamente sobre o impacto económico e social, global e em setores específicos, da atividade económica; a atuação e as medidas lançadas pelos governos para combate à COVID-19; as consequências na competitividade económica e no ambiente de negócios local; as previsões económicas e possíveis efeitos nas estratégias e no posicionamento das empresas portuguesas no mercado; e o apoio local da Delegação da AICEP nos respetivos mercados.

Até agora já se realizaram Webinars focados em França, Alemanha e Espanha, e está prevista a realização de Webinars dedicados à Irlanda, Polónia, Estados Unidos da América, Hungria, China, Suécia e Roménia.



INDICADORES MACROECONÓMICOS, INVESTIMENTO e COMÉRCIO EXTERNO

INDICADORES MACROECONÓMICOS E INVESTIMENTO DIRETO

PRODUTO INTERNO BRUTO		2014	2015	2016	2017	2018	2019
PIB (tvh %, real)		0,8%	1,8%	2,0%	3,5%	2,6%	2,2%
Exportações de Bens e Serviços (% do PIB, preços correntes)		40,1%	39,9%	39,1%	41,7%	43,3%	43,8%

PREVISÕES MACROECONÓMICAS	2018	2019	FMI 04/20	OCDE 11/19	2020 (P)	BP 03/20	MF 12/19
	INE 02/20	INE 02/20			CE 11/19		
PIB	2,6%	2,2%	-8,0%	1,8%	1,7%	-3,7%	1,9%
Consumo Privado	2,9%	2,3%	n.d.	2,2%	2,0%	-2,8%	2,0%
Consumo Público	0,9%	0,8%	n.d.	0,6%	0,8%	2,1%	0,8%
Formação Bruta de Capital Fixo	5,8%	6,4%	n.d.	1,2%	4,8%	-10,8%	5,3%
Exportações de Bens e Serviços	4,5%	3,7%	n.d.	1,1%	2,7%	-12,1%	3,8%
Importações de Bens e Serviços	5,7%	5,2%	n.d.	1,4%	3,9%	-11,9%	3,9%

Unidade: tvh % (em volume)

Balança Corrente (% PIB)	0,4%	-0,1%	0,3%	-1,0%	-0,7%	2,0% (a)	0,2%
Taxa de Desemprego (%)	7,0%	6,5%	13,9%	6,4%	5,9%	10,1%	6,1%
Taxa de Inflação (%)	1,2%	0,3%	-0,2%	0,5%	1,0%	0,2%	1,0%
Dívida Pública (% PIB)	122,2%	117,7%	135,0%	117,1%	117,1%	n.d.	116,0%
Saldo Sector Público (% PIB)	-0,4%	0,2%	-7,1%	0,0%	0,0%	n.d.	0,2%

Fontes: BP - Banco de Portugal; CE - Comissão Europeia; FMI - Fundo Monetário Internacional; INE - Instituto Nacional de Estatística; MF - Ministério das Finanças; OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico; P - Previsão da Comissão Europeia (Ameco); Siglas: M€ - Milhões de euros; n.d. - não disponível; Notas: (a) - Balança Corrente e de Capital PPC - Paridade de Poder de Compra

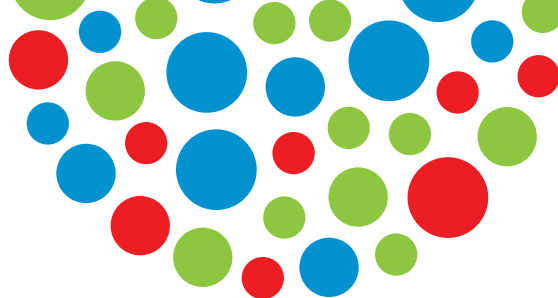
ID DE PORTUGAL COM O EXTERIOR (FLUXOS)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	vh M€ 19/18
ID de Portugal no Exterior (IDPE)	-2.805	4.710	788	-840	424	-420	-844
ID do Exterior em Portugal (IDE)	3.686	6.877	4.577	6.669	5.753	7.356	1.602
Saldo	-6.491	-2.167	-3.789	-7.509	-5.329	-7.775	-2.446

ID POR SETOR DE ATIVIDADE	2018	IDPE 2019	vh M€ 19/18	2018	IDE 2019	vh M€ 19/18
Indústrias transformadoras	-403	112	515	525	127	-398
Eletricidade, gás e água	832	-205	-1.037	-39	641	680
Construção	42	-419	-461	-73	631	704
Serviços	-23	405	428	3.146	4.310	1.163
Outros setores de atividade	-23	-312	-289	2.194	1.646	-548

IDPE POR PAÍS DE DESTINO	2018	2019	vh M€ 19/18
Espanha	387	703	317
Alemanha	-6	405	411
Chile	-7	183	190
França	-52	159	212
Suíça	-56	75	130
União Europeia	673	-68	-741
Extra UE	-249	-352	-103

IDPE POR PAÍS DE ORIGEM	2018	2019	vh M€ 19/18
Luxemburgo	-140	1.854	1.993
França	467	1.231	764
Turquia	-11	768	779
Alemanha	133	700	567
Espanha	1.714	661	-1.052
União Europeia	4.349	4.294	-55
Extra UE	1.404	3.062	1.658

ID DE PORTUGAL COM O EXTERIOR (STOCK)	2014 dez	2015 dez	2016 dez	2017 dez	2018 dez	2019 dez	vh M€ 19/18
ID de Portugal no Exterior (IDPE)	53.335	59.984	60.407	57.684	50.889	51.697	808
ID do Exterior em Portugal (IDE)	115.366	125.515	127.260	137.878	134.746	143.884	9.138
Saldo	-62.031	-65.531	-66.853	-80.194	-83.857	-92.187	-8.330



COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

BENS (Exportação)	2019 jan/dez	tvh % 19/18 jan/dez	2019 jan/fev	2020 jan/fev	tvh % 20/19	tvh % 20/19 fev/fev	tvc % 20/20 fev/jan
Exportações bens	59.898	3,6%	9.839	10.081	2,5%	0,9%	-5,1%
Exportações bens UE	42.354	5,0%	7.066	7.283	3,1%	3,1%	-4,0%
Exportações bens Extra UE	17.544	0,4%	2.773	2.798	0,9%	-4,6%	-8,0%
Unidade: Milhões de euros							
Exportações bens UE	70,7%	--	71,8%	72,2%	--	--	--
Exportações bens Extra UE	29,3%	--	28,2%	27,8%	--	--	--
Unidade: Milhões de euros							

Exp. Bens - Clientes 2020 (jan/fev)	% Total 2020	tvh % 20/19
Espanha	26,0%	6,3%
França	13,7%	8,1%
Alemanha	11,7%	-4,9%
Reino Unido	5,9%	-6,7%
EUA	5,0%	13,1%
Itália	4,6%	-0,7%
Países Baixos	3,7%	-0,8%

Exp. Bens - Var. Valor	M€	Cont. p. p.
Espanha	155	1,6
França	104	1,1
EUA	59	0,6
Bélgica	45	0,5
Reino Unido	-43	-0,4
Angola	-53	-0,5
Alemanha	-61	-0,6

Exp. Bens - Produtos 2020 (jan/fev)	% Total 2020	tvh % 20/19
Veículos e outro material de transporte	16,7%	-0,7%
Máquinas e aparelhos	14,3%	6,5%
Metais e comuns	7,3%	44,6%
Plásticos e borracha	7,2%	-6,8%
Agrícolas	6,9%	1,5%

Exp. Bens - Var. Valor	M€	Cont. p. p.
Combustíveis minerais	227	2,3
Máquinas e aparelhos	88	0,9
Ótica e precisão	35	0,4
Minerais e minérios	-37	-0,4
Metais comuns	-53	-0,5

BENS (Importação)	% Total 2020	tvh % 20/19	2019 jan/fev	2020 jan/fev	tvh % 20/19	tvh % 20/19 fev/fev	tvc % 20/20 fev/jan
Importações bens	80.293	6,5%	13.094	13.141	0,4%	3,4%	-3,4%
Importações bens UE	59.263	7,3%	9.495	9.434	-0,6%	4,3%	2,9%
Importações bens Extra UE	21.030	4,4%	3.599	3.707	3,0%	1,0%	-17,8%
Unidade: Milhões de euros							
Importações bens UE	73,8%	--	72,5%	71,8%	--	--	--
Importações bens Extra UE	26,2%	--	27,5%	28,2%	--	--	--
Unidade: % do total							

Imp. Bens - Fornecedores 2020 (jan/fev)	% Total 2020	tvh % 20/19
Espanha	30,0%	2,0%
Alemanha	13,2%	-3,7%
França	8,6%	-11,5%
Países Baixos	4,9%	3,8%
Itália	4,6%	-2,7%
China	4,1%	2,4%
Bélgica	3,0%	4,5%

Imp. Bens - Var. Valor	M€	Cont. p. p.
Brasil	252	1,9
Argélia	112	0,9
Espanha	77	0,6
Reino Unido	72	0,5
Cazaquistão	-85	-0,6
Iraque	-97	-0,7
França	-146	-1,1

Imp. Bens - Produtos 2020 (jan/fev)	% Total 2020	tvh % 20/19
Máquinas e aparelhos	17,4%	-1,8%
Veículos e outro material de transporte	15,4%	1,2%
Combustíveis minerais	12,4%	6,4%
Químicos	11,2%	8,8%
Agrícolas	9,2%	0,1%

Imp. Bens - Var. Valor	M€	Cont. p. p.
Químicos	119	0,9
Combustíveis minerais	98	0,7
Máquinas e aparelhos	-43	-0,3
Plásticos e borracha	-77	-0,6
Metais comuns	-94	-0,7

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SERVIÇOS

SERVIÇOS (Exportação)	2019 jan/dez	tvh % 19/18 jan/dez	2019 jan/fev	2020 jan/fev	tvh % 20/19	tvh % 20/19 fev/fev	tvc % 20/20 fev/jan
Exportações totais serviços	30.892	16,3%	4.422	4.547	2,8%	2,0%	-9,5%
Exportações serviços UE	21.766	14,8%	3.020	2.847	-5,7%	-22,3%	-30,9%
Exportações serviços Extra UE	9.127	20,0%	1.403	1.699	21,2%	60,5%	41,8%
Unidade: Milhões de euros							
Exportações serviços UE	70,5%	--	68,3%	62,6%	--	--	--
Exportações serviços Extra UE	29,5%	--	31,7%	37,4%	--	--	--
Unidade: Milhões de euros							

Exp. Serviços - Clientes 2020 (jan/fev)	% Total 2020	tvh % 20/19
Reino Unido	15,7%	6,8%
Espanha	12,5%	12,9%
França	12,4%	1,5%
Alemanha	9,4%	-3,8%
EUA	8,0%	-4,0%
Suíça	4,4%	1,0%
Países Baixos	4,1%	16,0%

Exp. Serviços - Var. Valor	Meur	Cont. p. p.
Espanha	65	1,5
Reino Unido	45	1,0
Países Baixos	26	0,6
Irlanda	10	0,2
Brasil	-11	-0,2
EUA	-15	-0,3
Alemanha	-17	-0,4

Exp. Serviços - Tipo 2020 (jan/fev)	% Total 2020	tvh % 20/19
Viagens e turismo	42,8%	9,6%
Transportes	26,4%	6,6%
Outros serviços fornecidos por empresas	14,9%	-16,8%
Telecomunicações, informação e informática	7,5%	31,5%
Construção	2,2%	-18,0%

Exp. Bens - Var. Valor	M€	Cont. p. p.
Viagens e turismo	170	3,9
Telecom., informação e informática	82	1,9
Transportes	75	1,7
Construção	-21	-0,5
Outros serv. Forn. por empresas	-136	-3,1

SERVIÇOS (Importação)	2019 jan/dez	tvh % 19/18 jan/dez	2019 jan	2020 jan	tvh % 20/19	tvc % jan 20/dez 19	tvc % jan 20/dez 19
Importações totais serviços	14.664	9,6%	2.623	2.759	5,2%	9,5%	-8,8%
Importações serviços UE	9.492	7,1%	1.790	1.699	-5,1%	-12,1%	-26,1%
Importações serviços Extra UE	5.171	14,6%	833	1.060	27,3%	56,0%	27,6%
Unidade: Milhões de euros							
Importações serviços UE	64,7%	--	68,2%	61,6%	--	--	--
Importações serviços Extra UE	35,3%	--	31,8%	38,4%	--	--	--
Unidade: % do total							

Imp. Serviços - Fornecedores 2020 (jan/fev)	% Total 2020	tvh % 20/19
Espanha	16,3%	4,1%
Reino Unido	12,0%	9,7%
França	8,6%	7,0%
Alemanha	7,2%	-1,2%
EUA	6,9%	16,2%
Países Baixos	5,0%	11,9%
Irlanda	4,9%	6,3%

Imp. Serviços - Var. Valor	M€	Cont. p. p.
Reino Unido	29	1,1
EUA	27	1,0
Espanha	17	0,7
Suíça	16	0,6
França	15	0,6
Países Baixos	15	0,6
Luxemburgo	-26	-1,0

Imp. Serviços - Tipo 2020 (jan/fev)	% Total 2020	tvh % 20/19
Outros serv. Forn. por empresas	27,7%	0,9%
Transportes	25,1%	2,0%
Viagens e turismo	21,9%	9,5%
Seguros e pensões	11,7%	344,4%
Telecom., informação e informática	6,9%	25,3%

Imp. Serviços - Var. Valor	M€	Cont. p. p.
Seguros e pensões	250	9,5
Viagens e turismo	52	2,0
Telecom., informação e informática	38	1,5
Manutenção e reparação	22	0,8
Pessoais, culturais e recreativos	-14	-0,5



aicep Portugal Global

REDE EXTERNA

Raul Travado
CANADÁ
aicep.toronto@portugalglobal.pt

Olga Benquerença
FDI SCOUT EUA E CANADÁ
olga.benquerenca@portugalglobal.pt

Teresa Fernandes
EUA
aicep.s.francisco@portugalglobal.pt

Álvaro Cunha
CUBA
aicep.havana@portugalglobal.pt

Mariana Oom
MÉXICO
aicep.mexico@portugalglobal.pt

Francisco Costa
VENEZUELA
francisco.s.costa@portugalglobal.pt

António Aroso
COLÓMBIA
antonio.aroso@portugalglobal.pt

Fernando Carvalho
BRASIL
aicep.s.paulo@portugalglobal.pt

João Mota Pinto
EUA
aicep.newyork@portugalglobal.pt

Miguel Porfírio
HOLANDA
aicep.thehague@portugalglobal.pt

Maria Manuel Branco
BÉLGICA
maria.manuel.branco@portugalglobal.pt

Pedro Sousa
FDI SCOUT EUROPA
pedro.sousa@portugalglobal.pt

Rui Paulo Almas
FRANÇA
aicep.paris@portugalglobal.pt

Pedro Patrício
REINO UNIDO
aicep.london@portugalglobal.pt

Luís Reis
IRLÂNDIA
luis.reis@portugalglobal.pt

Manuel Martinez
ESPAÑA
aicep.barcelona@portugalglobal.pt


Luís Moura
ESPAÑA
aicep.madrid@portugalglobal.pt

Paulo Borges
CABO VERDE
aicep.praia@portugalglobal.pt

Joana Neves
MARROCOS
joana.neves@portugalglobal.pt

Gonçalo Homem de Mello
ARGÉLIA
aicep.argel@portugalglobal.pt

Tiago Bastos
SENEGAL
aicep.bissau@portugalglobal.pt

 SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Miguel Fontoura
ANGOLA
miguel.fontoura@portugalglobal.pt

Sérgio Espadas
ÁFRICA DO SUL
aicep.pretoria@portugalglobal.pt

Alexandra Leite
MOÇAMBIQUE
alexandra.leite@portugalglobal.pt

Luís Sequeira
CHILE
luis.sequeira@portugalglobal.pt

 ARGENTINA

Santiago do Chile
Buenos Aires
Uruguai

Rio de Janeiro
São Paulo

Peru

Panamá

Bogotá

Caracas

Havana

Cidade do México

S. Francisco

Toronto

Nova Iorque

Dublin

Londres

Noruega

Hai

Bruxel

Bern

Milão

Barcelona

Madrid

Argel

Rabat

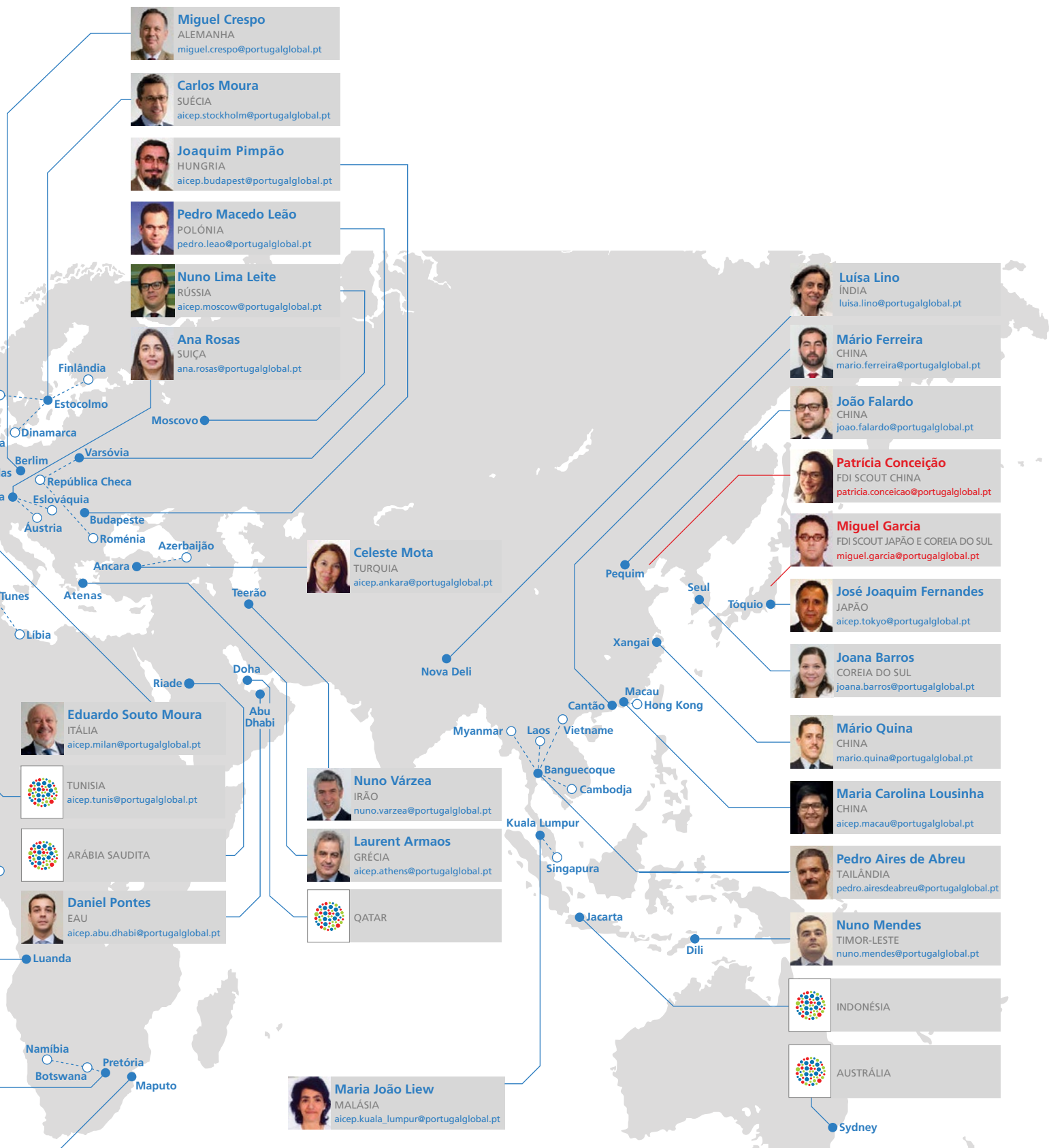
Praia

Dakar

Guiné Bissau

Guiné Equatorial

São Tomé



Miguel Crespo
ALEMANHA
miguel.crespo@portugalglobal.pt

Carlos Moura
SUÉCIA
aicep.stockholm@portugalglobal.pt

Joaquim Pimpão
HUNGRIA
aicep.budapest@portugalglobal.pt

Pedro Macedo Leão
POLÓNIA
pedro.leao@portugalglobal.pt

Nuno Lima Leite
RÚSSIA
aicep.moscow@portugalglobal.pt

Ana Rosas
SUIÇA
ana.rosas@portugalglobal.pt

Luísa Lino
ÍNDIA
luisa.lino@portugalglobal.pt

Mário Ferreira
CHINA
mario.ferreira@portugalglobal.pt

João Falarido
CHINA
joao.falarido@portugalglobal.pt

Patrícia Conceição
FDI SCOUT CHINA
patricia.conceicao@portugalglobal.pt

Miguel Garcia
FDI SCOUT JAPÃO E COREIA DO SUL
miguel.garcia@portugalglobal.pt

José Joaquim Fernandes
JAPÃO
aicep.tokyo@portugalglobal.pt

Joana Barros
COREIA DO SUL
joana.barros@portugalglobal.pt


Mário Quina
CHINA
mario.quina@portugalglobal.pt

Maria Carolina Lousinha
CHINA
aicep.macao@portugalglobal.pt


Pedro Aires de Abreu
TAILÂNDIA
pedro.airesdeabreu@portugalglobal.pt

Nuno Mendes
TIMOR-LESTE
nuno.mendes@portugalglobal.pt

 INDONÉSIA

 AUSTRÁLIA

Eduardo Souto Moura
ITÁLIA
aicep.milan@portugalglobal.pt

 TUNISIA
aicep.tunis@portugalglobal.pt


 ARÁBIA SAUDITA

Daniel Pontes
EAU
aicep.abu.dhabi@portugalglobal.pt

Celeste Mota
TURQUIA
aicep.ankara@portugalglobal.pt

Nuno Várzea
IRÃO
nuno.varzea@portugalglobal.pt

Laurent Armaos
GRÉCIA
aicep.athens@portugalglobal.pt

 QATAR

Maria João Liew
MALÁSIA
aicep.kuala_lumpur@portugalglobal.pt

AO SERVIÇO DAS EMPRESAS

COSEC

Tabela classificativa de países

Para efeitos de Seguro de Crédito à exportação

A Portugalglobal e a COSEC apresentam-lhe uma Tabela Classificativa de Países com a graduação dos mercados em função do seu risco de crédito, ou seja, consoante a probabilidade de cumprimento das suas obrigações externas, a curto, a médio e a longo prazos. Existem sete grupos de risco (de 1 a 7), corres-

pondendo o grupo 1 à menor probabilidade de incumprimento e o grupo 7 à maior.

As categorias de risco assim definidas são a base da avaliação do risco país, da definição das condições de cobertura e das taxas de prémio aplicáveis.

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	
Singapura * Taiwan	Arábia Saudita Botswana Brunei China • EAU ^a Gibraltar Hong-Kong Koweit Macau Malásia	Bahamas Barbados Bulgária Costa Rica Dep/ter Austr. ^b Dep/ter Din. ^c Dep/ter Esp. ^d Dep/ter EUA ^e Dep/ter Fra. ^f Dep/ter N. Z. ^g Dep/ter RU ^h Filipinas Ilhas Marshall Índia Indonésia Marrocos • Maurícias México • Micronésia Palau Peru Qatar Roménia Tailândia Trind. e Tobago Uruguai	África do Sul • Aruba Colômbia Croácia Dominicana. Rep. Guatemala Panamá Rússia Sérvia Vietname	Albânia Argélia Azerbaijão Bangladesh Barein Bolívia Brasil • Cazaquistão Curaçau Egipto El Salvador Fidji Honduras Jordânia Macedónia Namíbia Oman Paraguai S. Vic. e Gren. Santa Lúcia Senegal Turquia Uzbequistão	Angola Arménia Benim Bielorússia Butão Cabo Verde Camarões Camboja Comores C. do Marfim Dominica Equador Gabão Gana Geórgia Guiana Jamaica Kiribati Kosovo Lesoto Maldivas Mongólia Myanmar Nigéria Nauru Nepal Papua–Nova Guiné Quénia Ruanda Samoa Oc. Seicheles Sri Lanka Suazilândia Suriname Tanzânia Timor-Leste Togo Tunísia • Turquemenistão Tuvalu Ucrânia Uganda Vanuatu	Afeganistão Ant. e Barbuda Argentina Belize Bósnia e Herze- govina Burkina Faso Burundi Cent. Af. Rep. Chade Cisjordânia / Gaza Congo Congo. Rep. Dem. Coreia do Norte Cuba Djibuti Eritreia Etiópia Gâmbia Grenada Guiné Equatorial Guiné. Rep. da Guiné-Bissau Haiti Iemen Irão Iraque Laos Líbano	Libéria Líbia Madagáscar Malawi Mali Mauritânia Moçambique Moldávia Montenegro Nicarágua Níger Paquistão Quirguistão S. Crist. e Nevis S. Tomé e Príncipe Salomão Serra Leoa Síria Somália Sudão Sudão do Sul Tadjiquistão Tonga Venezuela Zâmbia Zimbabué

Fonte: COSEC - Companhia de Seguro de Créditos. S.A.

* País pertencente ao grupo 0 da classificação risco-país da OCDE. Não é aplicável o sistema de prémios mínimos.

• Mercado de diversificação de oportunidades

NOTAS

a) Abu Dhabi, Dubai, Fujairah, Ras Al Khaimah, Sharjah, Um Al Quaiwain e Ajma

b) Ilhas Norfolk

c) Ilhas Faroe e Gronelândia

d) Ceuta e Melilha

e) Samoa, Guam, Marianas, Ilhas Virgens e Porto Rico

f) Guiana Francesa, Guadalupe, Martinica, Reunião, S. Pedro e Miquelon, Polinésia Francesa, Mayotte, Nova Caledónia, Wallis e Futuna

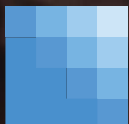
g) Ilhas Cook e Tokelau, Ilhas Nive

h) Anguilla, Bermudas, Ilhas Virgens, Cayman, Falkland, Pitcairn, Monserrat, Sta. Helena, Ascensão, Tristão da Cunha, Turks e Caicos



we make **IT**
look so easy

mobile | smart cities | IoT | wearables | ui/ux | web



mobinteg
we make IT look so easy

Lisboa

Atlanta

Turin

Madrid



mobinteg.com



aicep Portugal Global

Perto de si para o levar mais longe

Sabemos como é importante acompanhar cada passo do crescimento da sua empresa nos Mercados Externos.

Por isso, estamos próximos de si através de uma equipa de Gestores de Cliente em Portugal e de uma Rede Externa a nível mundial.

Cada vez que a sua empresa vai mais longe Portugal fica mais global.

